

**ENSAIOS SOBRE AUTOGESTÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR**

VOL. II

Claudio Nascimento

Claudio Nascimento

**ENSAIOS SOBRE AUTOGESTÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR**

VOL. II

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília - 2020

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Imagem da capa: Karl Marx

Impressão: Renovagraf

Ficha e ISBN

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: setembro de 2020

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Facebook: @edlutasanticapital

Instagram: @editora_lutas_anticapital

Sumário

Experimentação autogestionária: autogestão
da pedagogia/pedagogia da autogestão.....

“Momentos e Ideias Decisivas” para uma
história da autogestão.....

Economia Solidária – Poder Comunal e Popular
Educação e Cultura.....

As ‘trocas diretas e solidarias’ da “Economia
dos Quilombolas”

O Programa da Comuna de Paris.....

Sobre o autor.....

Capítulo I

Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão

Experimentação autogestionária: Autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão

“A autogestão é a pedagogia do socialismo e de si
mesma”
(Michel Raptis)

Esse ensaio é foi elaborado como contribuição do autor à construção do Projeto Político Pedagógico da Rede dos CFES (Centro de Formação em Economia Solidária). É uma forma de sistematização da assessoria dada as ações de 2009 ao CFES Nacional e aos Regionais.

Paul Singer, com espírito luxemburguiano, afirma que “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando”.

Trazendo esta reflexão para o campo da autogestão, nos apoiamos em Maria Clara Bueno Fischer e Lia Tiriba ao dizerem que:

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Estas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-

metodológicos que lhes permitiram compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de tipo novo.

E, com Gramsci, concluem:

Em seus escritos sobre o movimento operário ocorrido em Turim, entre 1919 e 1921, Gramsci analisa os conselhos de fábrica, afirmando que as experiências nas quais os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam uma escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa.

E que,

Na ‘escola do trabalho’ e, em especial nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências progressas e atuais em experiências propriamente formadoras.

Aqui, está sintetizada a dialética da ‘experimentação autogestionária’, a pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia. A “experimentação” no campo pedagógico deverá articular estes dois elementos: o ‘espontâneo’ e ‘a vontade-direção’.

Nesta perspectiva, “a experimentação deve ser considerada como um procedimento próprio à dinâmica da autogestão”, como diz Mothé:

O espírito de experimentação consistirá em considerar que um certo número de ideias pertencem às hipóteses e podem ser postas em dúvida ou rejeitadas no curso da experimentação”. Portanto,

“aceitar a incerteza da decisão coletiva e da análise da experiência implica um estado de espírito militante totalmente diferente daquele no qual somos habituados à social- democracia, o stalinismo e suas variantes esquerdistas”.

Assim, define-se o papel do educador: “O militante deve ser mais o mediador que permite aos grupos experimentar; aquele que em qualquer situação experimenta os valores da experimentação. É o mediador que ajuda, reenvia aos grupos suas próprias análises como sendo as análises e não certezas, interpretações entre outras”. Estes educadores e militantes têm um grande papel na valorização do saber acumulado pelos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho.

Para Mothé, “a valorização do vivido de cada um não pode se fazer unicamente através da ajuda do discurso, mas através de seu próprio saber e também através da valorização de sua própria vida”.

Como esta ‘experimentação’, com o papel destes ‘militantes animadores’, em lugar de ‘militantes profetas’ e/ou ‘militantes soldados’, poderiam fazer avançar as experiências de economia solidária no sentido do que Bernardo chama de ‘ações coletivas e ativas”? O papel da formação, da educação popular, neste campo, é fundamental, desde que provida destes instrumentos da autogestão.

Pedagogia autogestionária

“É, de início, pelas mãos e pelo coração que se forja a autogestão” (Jef Ulburghs)

Para seguir, vamos recorrer à obra do pedagogo autogestionário belga Jef Ulburghs. Um pioneiro na construção da pedagogia da autogestão. Jef Ulburghs

desenvolveu um intenso trabalho de animação de base numa perspectiva autogestionária. Vejamos suas ideias, que são importantes para a ideia de uma pedagogia da autogestão.

Ulburghs fez parte do MAB e suas ideias foram apresentadas em seu livro “Pour une Pédagogie de l’Autogestion” (1980). Como diz na apresentação: “Este livro nasceu de uma longa experiência. Anos de luta fizeram amadurecer um método e construir uma pedagogia para uma mudança social nova na perspectiva autogestionária. Chamo esse método de ‘indutivo’”.

Sua obra porta inspiração em três pedagogos: Paulo Freire, Oskar Negt, educador e sociólogo da Escola de Frankfurt, e Joseph Cardijn, fundador da JOC. Jef diz que muito se escreveu sobre a autogestão, mas muito pouco sobre sua pedagogia:

O movimento autogestionário, ao mesmo tempo, pedagógico e político, é portador de uma dinâmica permanente, de um processo constante de evolução em que o pensamento e a ação permitem o aprofundamento do conteúdo ideológico. O que é revolucionário não é o resultado, mas o processo para autogestão.

A experiência de autogestão na educação, para Ulburghs, parte da ideia de que “A autogestão se parece a um canteiro de construção onde os operários têm o direito de experimentar”.

A construção de um movimento pela autogestão requer animadores- educadores de base muito bem formados. Na Bélgica, desta necessidade surgiu uma ‘Universidade Operária’ com o objetivo de formar militantes de base prontos a se tornarem animadores na perspectiva de um socialismo autogestionário. Neste campo, “situa-se a tomada de consciência da base

(‘aconsentização’, segundo Paulo Freire), como uma etapa importante de um novo tipo de sociedade democrática: a autogestão”. Os dois pilares desta tomada de consciência são: uma organização autônoma e a formação permanente”.

Ulburghs fala de uma ‘cultura operária original’ relacionada a uma ‘cultura indutiva’: “sua linguagem concreta e direta é rica em símbolos... sua luta inspira também a poesia, a canção, a literatura, a religião popular, a filosofia e a política. Ela permite que uma nova forma de vida e de pensamento possa se desenvolver”. A aprendizagem, o modo de adquirir uma cultura, seja por transferência (dedução), seja por autolibertação (indução) é determinante para seu conteúdo.

Deste modo, Ulburghs parte de três mestres do pensamento indutivo: Cardjin, fundador da JOC; Paulo Freire, com seu método da ‘conscientização’ através da qual o oprimido cria sua própria linguagem, e esta linguagem é um meio de dar um nome ao futuro e permite ao oprimido de tomar em mãos sua própria vida. Ulburghs esteve algumas vezes com Paulo Freire em Genebra, quando este estava exilado. E Oskar Negt, educador sindical na Alemanha. Também, podemos encontrar em Ulburghs, ideias de Gramsci, no sentido e que “as formas de luta de base constituem uma luta cultural”.

Qual a concepção de Ulburghs deste tipo de socialismo: “o atrativo da autogestão está no fato que a base mesma pode gerir coletivamente sua própria vida. Claro, os comitês de base em todos os setores e em todos os níveis da sociedade devem ser criados. A produção é assim gerida pelos comitês de trabalhadores eleitos por um tempo determinado e para uma função delimitada: os critérios de opção são a competência e a honestidade; estes comitês são regularmente controlados, são

revogáveis e substituíveis. Eles representam os diversos ateliers, as várias categorias de idade e cada tipo de trabalho. Os comitês de fábrica estudam a repartição do trabalho, controlam a formação dos trabalhadores, assim como as grandes opções da produção. Regularmente, convocam assembleias para prestar contas de suas ações”.

Para Ulburghs, no setor da ‘re-produção’, “a população deverá se organizar em comitês nos setores da saúde, do bairro, dos esportes, da formação”. “Além dos vários setores, deverá haver uma intercomunicação entre os diferentes tipos de atividades sociais: um delegado do meio ambiente visitará um comitê de fábrica e vice-versa. A autogestão coerente e digna desse nome compreenderá de início um primeiro escalão, os comitês de base nos diferentes setores de produção e de re-produção. Em segundo lugar, os comitês se interarticulam de uma forma horizontal e intersetorial. Em terceiro lugar, eles se organizam nos diferentes níveis da sociedade: regional, nacional e internacional”.

Entre as ‘condições da autogestão”, Ulburghs coloca “uma educação permanente”:

O grande perigo da autogestão é a possibilidade de concorrência, por exemplo, entre unidades de produção... A tentação corporativa pode opor os setores fortes aos setores fracos. Para evitar este risco é necessário combinar a autogestão com uma formação permanente. Ao passo que a duração do trabalho diminui e que as tarefas duras são repartidas ou feitas pelas máquinas, o tempo assim ganho pode ser utilizado para a formação dos trabalhadores.

Desta ideia, extraímos o que chamamos de “greve pedagógica”, ou “parada pedagógica”. Os atores diretos do trabalho associado têm a possibilidade de utilizarem o tempo de trabalho que controlam para “rodas de conversas” (Paulo Freire) no próprio local de trabalho, pois dominam a tecnologia, ‘experimentando’ deste modo a “formação permanente”.

“Esta abrange uma formação ao alcance de todos (facilitada pela computação), uma qualificação técnica pluriforme (para evitar o trabalho único e mecânico), análises políticas (para situar o objetivo da produção), e a formação moral (para favorecer a solidariedade)”.

Portanto, conclui Ulburghs:

A autogestão é, assim, impossível sem uma formação permanente que ponha o conhecimento à disposição de todos...Esta formação supõe uma dimensão política solidária e global.

As experimentações de autogestão mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e de modo indutivo uma formação para autogestão. Vejamos a síntese da proposta pedagógica de Ulburghs, e façamos uma relação com as ideias do teórico da autogestão Yugoslava, Kardelj.

Ulburghs sintetiza sua proposta: uma formação permanente

1. formação técnica: autogestão começa pelas mãos;
2. formação social e política: análises da sociedade;
3. formação cultural moral: educação para solidariedade”.

A proposta educativa de Ulburghs vai de encontro a linha estratégica de Mariátegui, que apresenta acima, ou seja, os 3 eixos de uma proposta socialista de autogestão:

1. a socialização dos meios de produção;
2. a socialização política;
3. as relações intersubjetivas, afirmação da solidariedade, um ‘reencantamento da vida’.

O teórico yugoslavo, Edvard Kardejl falava de ‘um sistema de autogestão’ que abrangia:

- o homem autogestor no trabalho;
- o homem autogestor na cultura;
- o homem autogestor na vida social em geral”.

Finalmente, um movimento autogestionário de base requer três elementos:

1. um movimento de base com um número grande de grupos de base com ação em diversos setores da sociedade;
2. um campo de formação de animadores de base: tipo Universidade Operaria;
3. um movimento de animação política que conscientiza a base, coordena as lutas e inspira a autogestão por suas ideias, seus métodos, sua estratégia e seu estilo de vida.

A rede Internacional do MAB articulava seminários internacionais para troca de experiências que mostravam exemplos concretos de autogestão que inspiravam, motivavam e formavam diretamente os trabalhadores.

A ideia de ‘experimentação social’ foi tratada por Pierre Naville em sua obra intitulada “Le temps, La technique, l’autogestion” (1980), matéria de uma entrevista para a Revista “Critique Socialiste” (1979).

Para Naville, “o que é experimental é o que não é natural, espontâneo”. Cabe a nós descobrir as formas de experimentação que possam ser conduzidas de forma

científica, pelo método de ensaios e erros; isto é, que possamos corrigir, ou abandonar, ou melhorar. Desta forma, a experimentação pode torna-se democrática. Um poder socialista experimental deve ser democrático, traçar hipóteses e buscar verificá-las. Experimentar é muito diferente de criar o caos. Devemos buscar os modos de experimentação diferentes segundo os setores em jogo, buscar os domínios prioritários. Para mim, os socialistas devem começar pelos setores da produção, do trabalho. A experimentação social não pode nem deve suprimir os conflitos sociais, as lutas entre classes e grupos.

Experimentar significa primeiro colocar um problema corretamente, de tal forma que se possa ter uma solução. E, para isto, precisamos de método, e justamente um método experimental.

Autogestão significa um princípio, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo. Para determinar as formas da autogestão segundo certos níveis, ou conjuntos, deve-se justamente realizar experimentações sociais. Por exemplo, o acontecimento LIP e numerosos conflitos nas empresas produtivas hoje são tipos de experiências sociais que abriram as vias à uma reflexão sobre a autogestão.

E conclui Naville:

O campo educativo e escolar foi sempre um terreno de experimentação, de inovação, de contestação; é um dos campos principais em que a experimentação para autogestão deve se exercer.

Para concluir, enfim, vejamos, então, como Daniel Mothé aborda a questão da experimentação autogestionária.

Experimentação autogestionária, segundo Mothé

“A vida é experiência, o que significa improvisação, utilização das ocorrências: ela é tentativa em todos os sentidos” (G. Canguilhem).

Mothé traça como objetivo central ver “como os locais de competência dos atores podem se tornar locais de aprendizagem da gestão coletiva”. Inicialmente esclarece que “O conceito de aprendizagem é mais amplo que o profissional... tratando-se de aprendizagens múltiplas. As aprendizagens dos trabalhadores dependem da natureza da função e da tecnologia de uma parte, e da estrutura de organização, de outra parte. Mas, além destas aprendizagens, os trabalhadores têm um campo de aprendizagem mais rico, que decorre de aprendizagens de comportamentos sociais, que lhes permitem recusar, combater e ou aceitar as estruturas de organização”.

Há uma grande diferença se são estruturas hierárquicas autoritárias ou estruturas democráticas, formadas por grupos autônomos que discutem, analisam, decidem, etc. “As aprendizagens são baseadas essencialmente sobre práticas que põem os operários em situações concretas e que lhes incitam a buscar respostas a estas situações”. Assim, “A aprendizagem é uma atividade que se efetua no nível do fazer”, conclui Mothé.

E que, desta forma, ‘a autogestão depende de que os trabalhadores estejam em organizações as mais participativas’. Mothé cita Rosa Luxemburgo:

Para parafrasear Rosa Luxembourg, diremos que é funcionando coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de aprender a ciência. Sua educação se faz quando elas passam à ação.

Apenas ‘en passant’, nos referimos a outra questão fundamental na pedagogia da autogestão, discutida nos CFES, e também abordada por Mothé. Mothé traça algumas linhas sobre a relação militância e pesquisa: “Os pesquisadores não devem testemunhar sua afeição ao mundo do trabalho pela apologia sistemática da luta militante – é problemas dos sindicalistas - mas por uma análise crítica das experiências sindicais.

“A aprendizagem pelo lado sindical deveria se efetuar por uma ocupação sistemática do terreno da experimentação de modo a que essa enriqueça seu ponto de vista e possa se inserir em sua estratégia (...). Deste modo, poderíamos achar um terreno favorável de colaboração entre pesquisadores, sindicalistas, educadores e também trabalhadores que participam destas ações”.

Participando, de certo modo, do ‘campo cultural’ em que surgiu a ideia da Ergologia, Mothé em suas ideias de “experimentação autogestionária”, “intuiu” o que Yves Schwartz, por sua vez, a partir da epistemologia de G. Canguilhem e da sociologia do trabalho francesa (G. Friedman, P. Naville), chama de “Dispositivo de 3 Polos”, entre nós, pesquisado-experimentado na UNISINOS pelo grupo de “Educação e Trabalho” coordenado por Maria Clara B. Fischer, e na UFMG, por Deise Cunha. Voltaremos a esse ponto.

A partir da experiência francesa, Mothé defende equipes formadas por universitários, sindicalistas, operários, pesquisadores, educadores, ergônomos, que já

experimentaram este caminho, o da ‘pesquisa-ação’ nas empresas.

Este ponto é fundamental no que diz respeito a relação intrínseca entre “sistematização” e “pesquisa-ação”, elementos que podemos considerar estruturantes da pedagogia da autogestão. A sistematização das experiências foi um tema central dos debates nos CFES.

Por fim, D. Mothé entra no campo das empresas de autogestão: “Se relacionamos os procedimentos experimentais às empresas de autogestão, a experimentação autogestionária consiste em enriquecer seu patrimônio de fatos, de práticas, a partir dos quais o mundo sindical e científico possam refletir, modificar seus procedimentos, afirmar suas dinâmicas e constituir deste modo todo um arsenal de técnicas autogestionárias que lhes são próprias”.

A experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário; os procedimentos experimentais nas empresas consistem a pôr em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais. O novo funcionamento deverá verificar ou informar as expectativas, as hipóteses e as esperanças que foram formuladas pelos autogestionários.

Trata-se, assim, de utilizar novos procedimentos que contenham uma certa parte de incertezas, mas que serão auto-controlados durante seu desenvolvimento. Não se trata de quaisquer tipos de experiência efetuada por profissionais da experimentação. Mas, no campo da autogestão de experiências em que os experimentadores, em particular os atores, objetos eles mesmos da experiência, participem no controle e na dinâmica da experiência.

A experimentação permitirá ir além da simulação ao proceder por passos sucessivos, por ensaios e erros, através do estabelecimento de um diálogo em que o conjunto dos atores terá a possibilidade concreta de participar, porque veremos os efeitos concretos no terreno da ação.

Como afirmamos acima, as ideias de D. Mothe fazem parte de um ‘campo teórico’ construído na experiência francesa da autogestão. Desde as ideias de G. Canguilhem, a partir de suas reflexões sobre a sociologia do trabalho desenvolvida por G. Friedmann, e sistematizadas pelo grupo de Y. Schwart no campo da ergologia. Canguilhem estudou a obra de Friedmann (“Problèmes Humains Du machinisme industriel” - 1947), tirando consequências fundamentais, que expressou em seu ensaio “Milleux et normes de l’homme au travail” - 1947.

G. Canguilhem, médico e filósofo, em sua obra “La Connaissance de La vie”, afirma que “A experiência é de início a função geral de todo ser vivo, isto é, seu debate com o meio”. E que, “É essencial conserva na definição da experimentação, mesmo para o sujeito humano, seu caráter de questão posta sem premeditação de converter a resposta sem serviço imediato, seus sentidos de gesto intencional e deliberado sem pressão das circunstâncias”.

Para Canguilhem:

O problema da experimentação humana não é mais um simples problema de técnica, é um problema de valor.

Partindo das pesquisas biológicas de Claude Durand, Canguilhem nos aporta ideia fundamental:

A vida é criação, o conhecimento da vida deve se realizar por diálogos imprevisíveis, se esforçando de apreender um devenir em que o sentido não se revela jamais claramente a nosso entendimento a não ser quando ele nos desconcerta.

Por sua vez, Schwart extraiu ideias importantes deste 'campo de troca e produção de saberes'. "Entre as experiências humanas, a experiência industriosa paradigmática aos olhos de Canguilhem, é possível de ser acessada pelo conceito? Deixa em 'estado tórpido' o que ela porta de possíveis, não seria empobrecer o patrimônio de nossa 'errância'"? Schwartz põe a questão que nos serve de base ao processo e as tarefas da 'sistematização': "como engravidam, na experiência industriosa, os diversos possíveis? Desta dialética do conceito e da vida, devemos tirar consequências práticas".

"G. Canguilhem comenta a resistência dos operários ao lema "não lhe pedimos para pensar" de Taylor. Há sempre pensamento operário, pensamento industrioso, e mesmo na mais severa das pressões produtivas. Mas temos que passar esse pensamento na penumbra, este pensamento em subversão, este pensamento engravidado, ao simbolismo e a linguagem".

Esse é, sem dúvidas, o que Clara Fischer e Tiriba denominam em seu ensaio de "conhecimento encarnado no trabalho associado e autogestão".

Um conhecimento portador de "saberes dos povos originários", saberes de épocas 'pré-capital' "e 'pré-industrial", um saber 'industrial'.

É o que temos chamado, nas atividades dos CFES, de "Espaço Público epistemológico e ético", a partir de ideias formuladas por Maria Clara Bueno Fischer, partindo das pesquisas do Grupo Francês de ergologia, animado por Yves Schwartz, grupo que o próprio Mothé cita em seu livro "Autogestion et Conditions de Travail"

(1976), o “LEST” (Laboratoire d’économie et de sociologie du travail, de Aix-en-Provence). Trata-se do “Dispositivo de 3 Polos”.

Seguindo com Mothé, “A experimentação coletiva deve ser vista como um instrumento, uma técnica necessária ao funcionamento autogestionário. Os obstáculos a esta forma de experimentação, o sabemos, vêm de vários lugares e, em primeiro lugar, dos poderes estabelecidos”. Aqui, Mothé faz referência aos aparatos dos sindicatos e dos partidos.

Sobre a França, Mothé diz de forma antecipatória de várias experiências que iriam surgir nos anos 90 (sua obra data de dezembro 1980): “As experimentações nas empresas são difíceis de realizar porque é o patrão que detém o poder e não os sindicatos”.

Mas porque não experimentar estes funcionamentos coletivos no interior de instituições periféricas controladas pelos sindicatos, nos organismos em que as Comissões de Empresa se tornaram patrões: as cantinas, os órgãos de esportes, de lazer, os centros culturais, etc.; em todas as municipalidades conquistadas pela esquerda e nos serviços municipais que ela controla?, pergunta-se D. Mothé.

O que diria, e nos disse, ao nos visitar no Fórum das Cidades e participar do Fórum de Economia Solidária de SP, das possibilidades abertas pelas ações no campo da economia Solidária, das empresas recuperadas para autogestão?

Portanto, as “experimentações” são o campo estratégico. Contudo, somente se ‘constituem um aprendizado prático de novas relações de trabalho’, articuladas com outros campos de lutas do sujeito plural, que Mézáros chama de “produtores livremente associados”.

Como disse Marx: “Hic Rhodus, hic salta! Aqui está a rosa, aqui temos que dançar”.

E, retomando a Rosa: “As massas devem aprender a usar o poder usando o poder, não há outro modo”. “Sua educação se faz quando elas passam à ação”!

BIBLIOGRAFIA

1. Pedagogia da Autogestão

CANGUILHEM, Georges. “La Connaissance de La Vie”. Vrin. Paris. 2006 .

CANGUILHEM, Georges. “Philosophe, historien et ergologie, Entretiens sur l’activité humaine (1)”. Octares Éditions .2009

CAPINA - “Autogestão Democrática”, DVD do Seminário de Novembro 2009.

CAPINA “Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos” (3 volumes), 2009.

COSTA, Bia (org.). “ZERBINI - Oficina associada que rima trabalho com educação”.

FISCHER, Maria Clara B. “Uma outra produção válida e legitimação de saberes é possível e necessária”, in Trabalho & Educação, Unisinos, 2003.

FISCHER, Maria Clara B. “Produção e legitimação de saberes para e no trabalho e educação cooperativa”, in Ciências Sociais, Unisinos, 2005.

FREIRE, Ana Maria A. (org). “Pedagogia dos Sonhos Possíveis”, Unesp, 2001.

FREIRE, Paulo. “Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos”, Edições Base-FUT, Portugal, 1978.

FREIRE, Paulo. “Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido”, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. “Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa”, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. “Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos” Editora Unesp, 2000.

GARYBAY, Françoise SÉGUIER, Michel (coord.). “Pratiques émancipatrices - Actualités de Paulo Freire”, Sylepse, Paris, 2009.

GADOTII, Moacir. “Economia Solidária como Práxis Pedagógica”, Ed. L, 2009.

GRAMSCI, Antônio. “La Formazione Dell’Uomo, Scritti di Pedagogia: a cura de Giovanni Urbani”, Editori Riuniti, 1974.

GRAMSCI-BORDIGA. “Debate sobre los consejos de fábrica”, Editorial Anagrama, 1977.

GRAMSCI, Antonio. “Il Rivoluzionario Qualificato. Scritti de 1916- 1925”, Delotti Editore, 1988.

MOTHÉ, Daniel. “Le métier de militant”, Ed. Seuil, Paris, 1973.

MOTHÉ, Daniel. “Autogestions et conditions de travail”, ed. Cerf, Paris, 1976.

MOTHÉ, Daniel. “L’autogestion goutte à goutte”, Centurion, Paris, 1980.

NASCIMENTO, Claudio. “Uma mutação cultural: de ‘celetista’ e/ou ‘sindicalista’ para autogestionário”, MTE,

Qualificação Social e Profissional, Volume 2, Brasília, 2005

NOZAKI, Izumi (org.). “Educação e Trabalho - Trabalhar, aprender, saber”, Edufmt, 2008.

PUIGGRÓS, A-CAGLIANO, R. (dirección). “La Fábrica del Conocimiento. Los saberes socialmente productivos en América Latina”, HomoSapiens ediciones, 2004.

RAPTIS, Michel. “Sobre el socialismo de autogestion”, Ediciones Punto de Referencia, Paris, 1973.

RAZETO, Luís. “Las Empresas Alternativas”, PET, Chile, 1985.

RAZERO, Luís - KLENNER, Arno. “Manual Del Taller Autogestionado”, Ediciones SUR, Chile, 1985.

SARDA, Maurício. “Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas. Uma Tipologia de economia Solidária e Autogestão”, Convênio M.T.E.-IPEA-ANPEC, 2005.

SINGER, Paul. “A Utopia Militante. Repensando o socialismo”, Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura- MENEZES, Maria Paula (org.). “Epistemologias do Sul”, Almedina, CES, Coimbra, 2009.

TIRIBA, Lia. “Economia Popular e Cultura do Trabalho. Pedagogia da produção associada”, Unijui, 2001.

TIRIBA, Lia- PIKANÇO, Iraçy (orgs). “Trabalho e Educação”, Ideias & Letras, 2004.

TIRIBA, Lia – FISCHER, Maria Clara B. “De ‘olho’ no conhecimento ‘encarnado’ sobre o trabalho associado e autogestão”, Revista UNISINOS, 2009.

TIRIBA, Lia – FISCHER, Maria Clara B. “Saberes do trabalho associado”, in Dicionário Internacional de Outra Economia, (Cattani-Gaiger-org.), Almedina, Coimbra, 2009.

ULBURGHS, Jef. “Pour une Pedagogie de l’Autogestion’. Manuel de l’Animateur de Base”, Éditions Ouvrières, 1980.

Questionário

Bloco I:

- 1) Qual a relação entre trabalho e educação?
- 2) Que diferenças podemos estabelecer entre educação e trabalho associado?
- 3) Quais mudanças podemos assinalar entre ser ator da relação trabalho-educação no trabalho assalariado e no trabalho associado?

Bloco II:

- 1) Que entendemos como Pedagogia da autogestão-pedagogia do trabalho associado?
- 2) Que significa autogestão da pedagogia?

Bloco III:

- 1) Enfim, qual a relação entre educação e economia Solidária enquanto ‘estratégia de desenvolvimento, ou ‘projeto de Sociedade-poder popular?

Capítulo II

“Momentos e Ideias Decisivas” para uma história da autogestão

“Momentos e Ideias Decisivas” para uma história da autogestão

A autogestão é uma estratégia-movimento social e um ideal-teoria social. Nesse sentido, o estudo da História da Autogestão implica uma abordagem de longa duração, tanto para seu polo das experiências históricas, das lutas autogestionárias abrangendo vários séculos (desde a Revolução Francesa, passando pela Comuna de Paris, até as experiências Comunais em Nuestra América deste século em curso), quanto das formulações teóricas de muitos pensadores socialistas neste longo período.

Este arco histórico pode ser remetido à outras temporalidades de mais longa duração, incorporam, por exemplo, experiências como a “Comuna de Zumbi dos Palmares”. Ou, muitas formas de luta e organização plebeia, como tantas assinaladas por E. P. Thompson em sua rica obra sobre a “Formação da classe operaria na Inglaterra”.

Por exiguidade de espaço nesse ensaio, vamos nos limitar a assinalar uma cronologia qualificada em ciclos históricos das lutas e experiências da Autogestão, acompanhada de uma indicação de obras relativas à cada experiência histórica.

Já em relação às teorias, também assinalar uma pequena bibliografia de alguns teóricos que se debruçaram sobre temas relacionados à Autogestão e ao socialismo autogestionário.

As diversas tentativas dos trabalhadores de “assalto ao Céu”, na verdade, significam ensaios de construção dos ‘órgãos de poder comunal- popular’, em muitas vezes, antagônicos ao núcleo fundamental do metabolismo do Modo de produção capitalista e também pós-capitalista, isto é, ao “Estado, ao Capital e ao Trabalho assalariado”. (Mészáros). São os casos de revoluções ativas de massas, e de revoltas e rebeliões. Em ambos casos, os trabalhadores fundam órgãos de Autogestão Socialista, que são, na verdade, órgãos de caráter Comunal.

Nas “ondas” ou “ciclos” recentes de revoltas, rebeliões, iniciados em 1980 na Polônia, indo até 1992 na Rússia; depois, na década de 1990 e nos anos 2000, na Nuestra América, de Chiapas, Venezuela e Bolívia, até a mais recente “onda” nos países Árabes, podemos visualizar diversas formas, potencializadas ou atualizadas de “poder comunal”, através de diversos órgãos como conselhos, comitês, comissões, assembleias, etc.

As mobilizações de 2011, em forma de acampamentos dos jovens na Espanha e Paris, poderão tomar esses princípios de poder comunal- popular. E se fala em “Comuna da Espanha”! Ou as mobilizações nas praças de vários países árabes, também em 2011, trazem afinidades em alguns aspectos com o Poder comunal.

E, das assembleias nas praças de Buenos Aires, em 2001, alguém chamou de A Comuna de Buenos Aires! (Maria Moreno, 2011).

Estes órgãos podemos buscá-los desde as experiências dos ‘comitês revolucionários’ nos 48 bairros de Paris, no curso da Revolução francesa de 1789, nos anos 1893-94, em que os sans-culote criaram seus órgãos revolucionários de poder, inaugurando, digamos assim, a luta de classes em torno da questão dos salários.

Mais à frente, temos a experiência da “Comuna de Paris”, em 1871, quando as fabricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores; Comuna influenciou todas as lutas revolucionárias que a sucederam, como o Soviet de Petrogrado em 1905 e, sobretudo, a revolução de 1917, em que a palavra de ordem central foi de “Todo o Poder aos Sovietes”, isso é, aos ‘órgãos de gestão popular’ surgidos em todos os espaços da sociedade russa; nas fabricas, bairros, parlamento, campo, estudantes, etc.

É de fundamental importância para América latina a Revolução mexicana de 1910. Na região de Morelos, o zapatismo instituía a chamada “Comuna de Morelos”.

A revolução espanhola, 1936-39, foi outro momento significativo de tentativas de poder popular em territórios liberados, em alguns casos abolindo a forma mercantil, a moeda, e o aparelho estatal.

Na década de 70, o Chile da época de Allende também foi marcado pelos órgãos de poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fabricas geridas pelos operários, e Juntas de bairros. Inclusive se pronunciando uma assembleia Popular, que se reuniu em Assunción.

Na década de 1980, na Polônia, dando sequência a uma onda larga de revoltas, rebeliões e revoluções no campo das sociedades pós- capitalistas do Leste europeu, surgiu o movimento autogestionário que controlava as 3.000 maiores empresas do país, articulado ao “Sindicato livre Solidariedade”. Em seu Congresso, que durou 2 semanas, os trabalhadores erigiram como Programa máximo, “A Republica Autogestionária” da Polônia.

Com as lutas na Polônia, possivelmente, se encerrou o ciclo sob hegemonia da “velha classe operária” centrada nos grandes centros industriais. Nas ideias do boliviano Garcia Linera, da “Forma Sindicato”.

A velha Toupeira iria mudar de espaço geográfico nos anos subsequentes e, assumir a “Forma Comunidade”. Uma certa volta, em 1994, ao Zapatismo de Chiapas.

Após um período de hibernação, a “Velha Toupeira” veio à tona no final do século passado e início desse novo Século. E, veio à tona nos Andes, com milhares de Índios, através de insurreições diversas e outras formas de luta, organizações e poder popular, com “caráter comunal”.

Esse longo ciclo de lutas pela emancipação do trabalho e um fenômeno de tamanha profundidade que, sem dúvidas, demanda estudos no campo da filosofia, precisamente da ontologia do ser social. Se, por um lado, essa longa história de experiências de emancipação vem marcada por derrotas, por outro lado, essa utopia concreta não se extingui, não morre, está sempre presente no longo processo histórico.

E, também sem dúvidas, seu campo existencial é o do Trabalho, em seu sentido mais amplo, filosófico. São muitas as questões: Como em diversas conjunturas radicais, o fenômeno Trabalho se transforma em Movimento de emancipação de seus agentes, dos que vivem do trabalho? Põe em pauta a utopia concreta da sociedade de produtores livremente associados (Marx)? É como um ‘fio condutor’, como a ‘velha topeira’, sempre marcando e sempre vindo à tona nos momentos históricos de virada de onda. Por isso, sua fundamentação é de algo permanente na sociedade, no ser social.

Anton Pannekoek, que estudou esse fenômeno e que chamou de “Conselhos Operários”, mas que, na verdade, são Formas Comuns de Poder Popular, dizia que:

Conselhos Operários, isso não distingui uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez para todas e em que só ficaria a tarefa de corrigir, aperfeiçoando detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das fábricas e da produção. (...) Trata-se unicamente de um Fio Condutor para uma longa e dura luta de emancipação que a classe operária tem ainda diante dela. (A. Pannekoek. “Lês Conseils Ouvriers”).

Trata-se, como disse A. Pannekoek, do Princípio da autogestão, operária ou não, na produção ou no território da reprodução. Acompanha as metamorfoses dos mundos do trabalho e seus impactos na composição e perfil dos que vivem do trabalho. E, historicamente, sua forma primeira e mais delineada, surgiu com a Comuna de Paris, “a forma enfim encontrada de emancipação econômica” (MARX).

Em João Bernardo, também podemos encontrar esse mesmo Princípio ontológico: “O proletariado enquanto classe, nunca é inculto, pois pela sua situação social edifica as bases institucionais de um futuro possível. O gênio do proletariado não reside tanto na sua produção ideológica, mas sobretudo na produção institucional e igualitária” (MARX crítico de Marx, v. 1-31).

Como podemos perceber, o que Bernardo chama de O Gênio do proletariado não é um mito ou uma ideia solta no ar, mas um elemento do campo ontológico do ‘ser social’ dessa classe, que se expressa historicamente em

diversas conjunturas específicas como produção institucional comunitária e igualitária.

Assim, podemos falar de Princípio do poder comunal, que pode tomar muitas e diversas formas: conselho operário, camponês, bairro, e como práxis revolucionária de muitos e plurais sujeitos históricos, operários, camponeses, homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes, soldados, índios e quilombolas.

Nesse sentido, poderíamos refazer o título da obra de A. Pannekoek, em vez de Conselho Operário, poderíamos chamar de potência operária, e aqui, pensamos na obra de A. G. Linera, o boliviano, cujo principal livro chama-se “A Potência Plebeia”.

João Bernardo em sua obra “Economia dos conflitos sociais” (escrita nos anos 1987-89 e publicada em 1991), elaborou uma cronologia na qual podemos situar o ‘arco temporal’ que nos facilita a contextualização.

Bernardo, fazendo uso de uma conceituação própria, nos fala de “Ciclos longos da mais-valia relativa” em contraposição aos “ciclos curtos de mais-valia relativa”. Estes últimos se caracterizam pela cotidiana assimilação das reivindicações e pressões dos trabalhadores, e, a degenerescência das formas de organização da luta autônoma. Já os ciclos longos se caracterizam pela ascensão de formas autônomas de luta dos trabalhadores.

Bernardo caracteriza:

A fase de ascensão de formas autônomas de luta marca o início de um ciclo longo de mais-valia relativa. Os repetidos colapsos constituem, por si mesmos, o quadro em que essas formas degeneram-se e são assimiladas pelo capitalismo, criando-se progressivamente mecanismos que permitem a assimilação cada vez mais fácil e

rápida das lutas do mesmo tipo que venham a desencadear-se. Esta é a segunda fase. Quanto mais solidamente a fase de assimilação parece estar implantada, mais começam, porém, a difundir-se novos tipos de luta autônoma, cuja recuperação é inviável no interior dos mecanismos já constituídos. A generalização destes novos tipos de luta marca o início da primeira fase do ciclo seguinte.

Bernardo acrescenta: “Em termos muito genéricos, a fase que considero de ascensão de um dado tipo de luta autônoma corresponde às fases de recessão e depressão, sobrepondo-se à fase de assimilação plena às fases de recuperação e prosperidade”.

Na cronologia que proponho, deixo numa data incerta da abertura do primeiro ciclo, começando a fase de assimilação em torno do ano de 1848, para se esgotar nos meados da década de 1860, quando se passou ao segundo ciclo longo. Neste, a ascensão de novos tipos de luta autônoma processou-se até o princípio da década de 1870, iniciando-se a sua assimilação desde os meados dessa década até 1916 ou 1917. De 1917 até meados da década de 30, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 60. Com o começo dessa década inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes, mesmo tocando os anos iniciais da década de 80, parecendo-me que entrou já na fase de assimilação plena.

Portanto, resumidamente:

“1ª. Abertura do primeiro ciclo: possivelmente 1830 Fase de assimilação: 1848 até 1864
2ª. Abertura segundo ciclo: 1870
Fase de assimilação: 1875 até 1916-1917 3ª.
Abertura terceiro ciclo: 1917
Fase de Assimilação: 1930 até 1960
4ª. Abertura quarto ciclo: 1960 até 1975 e, mesmo 1980 até 1981
Fase de assimilação: 1982 até ...

A esta cronologia de Bernardo, acrescentamos o ciclo em curso, iniciado no campo das estruturas de governo, com a insurreição militar de Chavez, em 1991 na Venezuela, mas principalmente, e no campo dos movimentos sociais, com a Rebelião ‘zapatista’, em 1994 em Chiapas/México, e se potencializando nas revoltas e rebeliões comunais nos Andes de Nuestra América. Esse processo estabeleceu uma dialética de Estado-Movimentos que trouxe novos desafios para as esquerdas de nosso Continente.

Bernardo caracteriza o movimento Solidarnosc dos trabalhadores na Polônia, dentro deste contexto: “desde meados de 1980 até o final de 1981 agitou a totalidade da classe trabalhadora na Polônia e que coroou esta fase de ascensão como sendo a fase de ascensão da autonomia, ao mesmo tempo que parece ter constituído por agora (1989), o seu último período”.

Bernardo especifica os ciclos e caracteriza as lutas exatamente do período que cobre os anos 60 e 70. Segundo ele, “Cada segunda fase de um ciclo longo, pelas mesmas razões por que constitui a assimilação das formas autônomas ocorridas na fase anterior, inaugura um novo quadro de conflitos”. Assim,

A partir dos inícios da década de 60, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de selvagens, quer dizer, exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos. Com este movimento, inaugurou-se a primeira fase do quarto ciclo longo. Já na década de 50, vinham realizando-se greves, tanto na esfera norte-americana como na soviética, em que as burocracias sindicais eram completamente ultrapassadas, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década seguinte (60) que assumiram dimensões tais e uma tão ampla difusão que permitem defini-las como integrando um novo ciclo. Este movimento obedeceu a um crescimento até conhecer, na França, em princípios de 1967, uma etapa nova, com a ocupação de uma empresa por mais de dez mil trabalhadores. Pouco mais de um ano depois, cerca de dez milhões de grevistas paralisavam o capitalismo na França, muito para além de quaisquer palavras de ordem das centrais sindicais, e cerca de cem empresas foram então ocupadas. A partir do final de 1968, porém, esboçaram-se na Itália ocupações que incluíam formas de organização da produção e a partir de 1973 este tipo de movimento atingiu um estágio superior, com célebres experiências na França e, mais generalizadamente, em Portugal de 1974 a 1975.

Como assinalamos acima, um novo ciclo foi iniciado com o levante zapatista mexicano, em 1994; ciclo que ainda está se desenvolvendo, sobretudo, nas experiências de Poder Comunal na América Latina e Central.

Os Ciclos Longos das Lutas Autogestionárias

Cooperativismo e Autogestão - Século 19

A rebelião dos Tecelões na Silésia - Franz Mehring.
“Storia della Social democrazia 1”. Editori Riuniti.1974

A Cooperativa de Rochdale (Manchester) - G. J.
Holyoake. “Historia de los Pioners de Rochdale”. FACC.
Buenos Aires.1944

A Revolta dos Canuts - F. Rude. Les revoltes des canuts
1831-1834. Pc maspero. Paris.1982

M. Sarda. “A Revolta dos canuts”. In, “Autogestão,
cooperativismo, economia solidaria: avatares do
trabalho e do capital”. Tese Doutorado. UFSC. 2005

A Comuna de Paris. La Commune de Paris. “Autogestion
et socialisme”. cahier n.15. 1971

A Comuna de Paris na história. A. Boito Jr.(org.).
Cemarx/Xamã. SP. 2001.

A Comuna de Paris de 1871, história e atualidade.
Biblioteca Espaço Marx. Cone editora. SP. 2002

Os Comitês Populares na Revolução Francesa: A origem
dos ‘conselhos’

Daniel Guerin. La lutte de classes sous la Première
République, 1793- 1797”. Gallimard. 2 tomes. 1968

Daniel Guerin. “Bourgeois et bras nus, 1793-1795”.
Gallimard. 1973

Daniel Guerin. “La Revolucion Francesa y Nosotros”.
Colección Zimmerwald. 1977

O ciclo das lutas autogestionárias após a Revolução Russa de 1905.

A Comuna zapatista de Morelos – México, 1911

Adolfo Gilly. “La revolucion Interrumpida”. Colección problemas de México. Ediciones Era. 1994

La révolution mexicaine, 1910-1920. In: M. Lowy (org.). “Révolutions”. Editions Hazan, Paris, 2000

Gaston G. Cantu. “El socialismo en México”. Siglo XXI, Ediciones. ERA. 1969

John Womack. “Zapata y la revolucion mexicana”. Siglo XXI. México. 1969

A Revolução Soviética - 1905-1917-1921

Marc Ferro. “Dos Sovites a Burocracia”. CECA-CEDAC. 1988

M. Brinton. “Os bolcheviques e o controle operário”. Afrontamento. 1975.

Roberto Massari. “Teorias de La autogestion”. Editorial Zero. Bilbao. 1975

A Comuna Spartacus – Berlim, 1919

Denis Authier. “A esquerda alemã, 1918-1921”. Afrontamento. Portugal. 1975

Andre et Dori Prudhommeaux. “Spartacus et la Comuna de Berlin”. Spartacus, Paris. 1977

Pierre Broué. “Revolution en Allemagne (1917-1923). Éditions Minuit. 1971

A República dos Conselhos Operários – Hungria, 1919

Bela Szanto. “La revolucion húngara de 1919”. Grijalbo. 1977

F. L. Carsten. “Revolution in Central Europe 1918-1919”. W. house, 1972

Os Conselhos Operários de Turim – Itália, 1919 -1920

A. Gramsci – A. Bordiga. “Debate sobre los consejos de fabrica”. Editorial Anagrama. 1977

Paolo Spriano. “L’occupation des usines, Italie – Septembre 1920”. La Pensée sauvage. 1978.

A Autogestão na Revolução da Espanha, 1936-1939

Franz Mintz. “L’Autogestion dans l’Espagne révolutionnaire”. F. maspero.1976

Pierre Broué. “La revolucion espanhola”. Ediciones Peninsula.1977

Abraham Guillen. “Economia Libertaria”. Ediciones Madre Tierra. 1990.

América Latina

As Teses de Pulacayo na Bolívia, 1946

Rene Zavaleta Mercado. “El poder dual en America Latina”. Siglo Veintiuno Editores.1974

G. Lora. “Historia del movimiento obrero boliviano” 3 tomos. Editorial los amigos Del libro.1970

. O ciclo das lutas autogestionárias no pós II Guerra, (anos 50, 60, 70 e 80) (no capitalismo e no ‘pós’ capitalismo) Europa, Leste Europeu, Ásia e África

Europa:

“Outono quente” – Itália, 1977

D. Grisoni - H.Portelli. “Lutttes ouvrières en Italie de 1960 à 1976”. Aubier Montaigne. 1976

Michael Burnier “Fiat: Conseils ouvriers ey syndicat (Turin 1918-1980)”. Éditions ouvrières.1980

“Revolução dos Cravos” - Portugal, 1974.

“O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas”. (3 volumes). Afrontamento.1977.

“L’experience portugaise. Un bilan après Le 25 november 1975”. Cedetim – FM.Paris. 1977.

Mouvements de gestion directe au Portugal. Autogestion et Socialisme. N. 33/34. 1976.

“O povo em ação”. Edições Base. Sd.

Phil Mailer. » Portugal, a revolução impossível ».

Afrontamento.1978.

Lip – Besançon- França, 1973.

Charles Piaget. “Lip”. Lutter - Stock.1973

“Lip, os trabalhadores tomam conta da empresa”. Coleção Zero. Afrontamento. 1974.

Leste da Europa

Autogestão - Yugoslavia, 1950

Albert Meister. “Socialisme et Autogestion. l’experience yougoslave”. Editions Du Seuil. 1964

Rudi Supek (direction)-“Etatisme et autogestion; Bilan critique Du socialism yougoslave”. Éditions Anthropos. 1973

“La ley del trabajo asociado”. Belgrado. 1978

“Democracia obrera y burocracia: Veinte anos de autogestion”. Materiales Sociales. Buenos Aires. 1973

Os Conselhos Operários – Alemanha, 1953

Claudin, Fernando- “La oposicion en el socialismo real”. Sigloveintiuno. 1981

Pavel Tigrid - “Revoltes ouvrieres a l’est”. Editions complexe. 1981.

A Revolução dos Conselhos – Hungria, 1956

“Pologne, Hongrie: 1956. Essentiels textes inedits”. EDI. 1966

Andy Anderson - “Hongrie 1956. La Commune de Budapest. Les Conseils Ouvriers”. Spartacus. 1974

Miklos Molnar- “Victoire d’une defite. Budapest 1956”. Fayard. 1968

M. Molnar - “De Bela Kun a Janos Kadar”. PFNSP. 1987

A Revolta Operária – Polônia, 1956 e 1970

Jean Yves Potel – “Gdansk, La memoire ouvriere. 1970-1980”. FM. 1982.

G. Almeyra - "Polonia: obreros, burocratas, socialismo".
Juan Pablo Editor. 1981.

A "Primavera de Praga" – Tchecoslováquia, 1968

V. Fisera/J.P.Faye - "Prague: La revolution dès
conseilsouvriers, 1968 – 1969". Change. 1977.

"Conseils Ouvriers en Thecoslovaquie". Autogestion et
Socialisme, n.11/12. Paris. 1970

"Budapest, Prague, Varsovie. Le printemps de Prague
quinze ans après". La decouverte. 1983.

O Solidarnosc na Polônia. A Comuna de Gdansk- 1980-
1981

Claudio Nascimento- "Movimento pela Autogestão na
Polônia". Base- Fut. Porto.1983

-"Dossier Pologne". L'Alternative. FM. Paris.1982

Z. Kowalevsky - "Rendez-vous nos Usines". La
breche.1985.

Jean Yves Potel - "Scenes de greves en Pologne". Stock -
2. 1981

Ásia

A Comuna de Shangai – China, 1966.

Patrick Tissier. "Les comunnes populaires chinoises".
UEG 10/18. 1976.

Jan Mirdal. "Uma aldeia da China popular". Siex barral.
1969.

Experiências Autogestionárias no Japão, anos 70

“Des Lip nippons”. Autogestions n. 1 – Paris. 1980

África

A Revolução na Argélia, 1962.

Ahmed Mahsas - “L'autogestion em Argelie”. Éditions anthropos. 1975

Monique Laks - “Autogestion ouvriere et pouvoir politique en Argelie” (1962-1965). EDI. Paris.1970.

“Carta da organização socialista das empresas na Argelia”. Lisboa, Edições Base-Fut. 1977.

A Revolução no Egito de Nasser, 1952.

Hassan Hiad - “L’Egypte Nasserienne”. Éditions de Minuit. 1964.

Neiva Moreira - “El nasserismo del tercer mundo”. Ediciones de la Banda Oriental.1970.

América Latina

A Revolução de 1952 e a Assembleia Popular de 1971 –

G. Lora- “Bolivie: de La naissance du POR à l’Assemblee Populaire”. EDI. Paris. 1970

J. Gallardo Lozada- “De Torres a Banzer, diez meses de emergencia en Bolivia”. Ediciones periferia.1971

A Revolução Cubana e o ‘poder popular’, 1959

Saverio Tutino - “ L’Octobre cubain”. François maspero.1969

Marcos Winocur - “Las classes olvidadas em la revolucion cubana”. Editorial Grijalbo. 1978

“Che” Guevara- “Obras escogidas, 1957-1967”.
Habana.sd.

A Revolução Nicaraguense, 1979

Carlos F. Amador - “Bajo La bandera del Sandinismo”.
(2 tomos). Managua.1985

Humberto Ortega Saavedra - “50 anos de lucha
sandinista”. Mexico.1979

Socialismo nos Andes - Peru, 1968

Carlos Delgado- “El proceso revolucionário peruano”.
Siglo veintiuno.1976

Neiva Moreira - “Modelo peruano”. Ediciones Linea.
1974

“Peru, dois mil dias de revolução”. Prelo. Lisboa. 1975

'Cordobazo' e lutas na Argentina, nos anos 1960 e 1970

Pablo Pozzi - “Oposicion Obrera a la dictadura (1976-
1982). Editorial Contrapunto. 1988

B. S. Balve – B. S. Balve´ -“El 69, huelga política de
masas

Cordobazo Rosariazo”. Editorial Contrapunto.1989

J. Brenan – M. Gordillo - “Córdoba rebelde”.de la
campana. B. Aires. 2008

R. Werner – F. Aguirre- “Insurgencia obrera en la
Argentina 1969-1976”. Ediciones IPS. 2007

As Greves de Contagem e Osasco – Brasil, 1968

José Ibrahim - “Comisssões de fábrica”. Global editora.
1986

Marcio A. de Oliveira = “Zequinha Barreto.” Expressão Popular.2010

A Unidade Popular de Allende – Chile, anos 70

Rui Mauro Marini-“El reformismo y La contra revolucion. Estudios sobre Chile.Serie popular era.1976

-Alain Joxe- “Le Chili sous Allende”.

Archives.Gallimard.1974

“Chili, l’afrentament de classes 1970-1973”. Paris. 1973

Alain Labrousse-“A experiência Chilena”. Portugal.1978

Claudio Nascimento- “Mario Pedrosa, as cartas chilenas”. digit. 2000

Argentina, ciclo de autogestão operaria nos anos 2000:

Maria Moreno- “La Comuna de Buenos Aires.Relatos AL Pie Del 2001”. Capital intelectual.2011

G. Wyczykier- “De La dependência a La autogestion laboral”. prometeo libros.B.Aires.2009

S. Neuhaus- H. Calello (ors) - “hegemonia y Emancipacion.Fábricas recuperadas, movimientos sociales y poder bolivariano. Herramienta ediciones. B.Aires.2006

M. escobedo- M. V. Deux Marzi-“Autogestion Obrera em La Argentina. Historia y Presente”. UNR editora. Rosario.2005

Andrés Ruggeri (comp.) - “Las Empresas recuperadas. Autogestion Obrera em Argentina y America Latina”. UBA. 2009.

- Julian Rebón- “La Empresa de La Autonomia”.
Ediciones Picaso. B. Aires. 2007
- “Sin Patrón.fabricas y empresas recuperadas por SUS
trabajadores”. Lavaca. B. Aires.2007
- F. Aiziczon- “Zanon.Una experiência de lucha obrera”.
herramienta ediciones.B.Aires.2009
- Ciclo das lutas da Autogestão Comunal: Zapatismo
1994 ao Bolivarismo anos 2000
- Referência básica = José Carlos Mariategui “Sete ensaios
de interpretação da realidade peruana”. Editora
Expressão Popular. 2008.
- Alvaro G. Linera - “A Potência Plebeia. Ação coletiva e
identidades indígenas, operarias e populares na Bolívia”.
Clasco - Boitempo. 2010
- Alvaro G. Linera - “Forma valor y forma comunidad”.
Clasco - muela del diablo - Comuna. La Paz.2009.
- Raúl Zibechi- “Dispersar El poder. los movimientos
como poderes antiestatales”. Tinta limon ediciones.2006
- Emir Sader - “A nova Toupeira. Os caminhos da
esquerda latino- americana”. Boitempo. 2009
- Crítica y Emancipacion. Clasco Revistas. Ano 1, numero
1, junio 2000.
- John Holloway – F. Matamoros – S. Tischler –
“Zapatismo, reflexion teórica y subjetividades
emergentes”. Herramienta. Ediciones. B. Aires.2008
- John Holloway - “Contra y Más Allá del capital.
Reflexiones a partir del debate sobre el libro “Cambiar el
mundo sin tomar el poder”. Herramienta Ediciones. B.
Aires. 2006

Claudio Katz - "Las disyuntivas de la izquierda en America latina". Ediciones Luxemburg. B. Aires. 2008

Maria Ayala - Pablo Quintero (comps) - "Diez Anos de Revolucion en Venezuela. Historia, Balance y Perspectivas (1999-2009). Editorial Maipue. Buenos Aires. 2009.

Ana Esther Ceceña (org.) - "hegemonias e Emancipações no século XXI". Clasco. 2005

Heinz Dietrich - "Hugo Chavez y el socialismo del siglo XXI". Nuestra America. 2005

F. G. Cazar – P. O. Peralta - "El poder de la comunidad. Ajuste estructural y movimiento indígena em los Andes ecuatorianos". Clasco. 2003

Bibliografia de Teorias da autogestão:

Autogestão e Socialismo: 1 - Istvan Mészáros. "Beyond Capital". Monthly Review Press.1995

"Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição". Boitempo Editorial. 2002

"O Poder da Ideologia". Boitempo editorial. 2004

"O Desafio Histórico e o Fardo do Tempo Histórico". Boitempo. 2007

"A crise estrutural do Capital". Boitempo, 2009.

2 – Lefebrev, Henri = "De l'Etat.3. Le mode de production étatique". 10/18. Paris. 1977

_____ "De l'Etat.4. Les contradictions de l'Etat moderne". 10/18. Paris. 1978.

_____ “Problèmes théoriques de l’autogestion”. Revista “autogestion”. Cahier n.1.1966

3. João Bernardo. Para uma teoria do modo de produção comunista. Lisboa, Afrontamento, 1975.

João Bernardo. “Economia dos Conflitos Sociais”. Cortez editora.1991

Georges Gurvitch. Lês cadres Sociaux de la Connaissance. PUF. Paris. 1966

“L’Idee Du Droit Social” (extraits). Cause Commune.1978/1. UGE. Paris. 1978

Duvignaud, Jean. “Georges Gurvitch: une theorie sociologique de l’autogestion”. In: autogestion, Cahier n. 1. Decembre 1966.

Fridolin Sait - Louis. “Georges Gurvitch et La societe autogestionnaire”. L’Harttman. Paris. 2005.

Nicos Poulantzas

“L’Etat, Le Pouvoir Le Socialisme”. PUF. Paris. 1978

-“La gauche, Le pouvoir, Le socialisme. Hommage a Nicos Poulantzas” C. Buci – Glucksmann (org.). PUF. Paris. 1983

Nicos Poulantzas (org.).“La crise de l’Etat”. PUF. Paris.1976

Nicos Poulantzas. “Repères”. Dialectiques. FM. Paris.1980

Andre Gorz

“Reforme et revolution”. Seuil.Paris. 1969

“Estratégia operaria e neocapitalismo”. RJ. Zahar. 1968

“Socialismo Difícil”. RJ. Zahar. 1968

“Adeus ao Proletariado”. SP. M.Fontes. 1980

“Metamorfoses do Trabalho”.SP. Annablume. 2003

“Misérias do Presente, riquezas do possível”. SP.
Annablume. 2004.

Arno Munster. “Andre Gorz ou Le socialisme difficile”.
Lignes. 2008

F. Gollain. “Une critique du travail, entre écologie et
socialisme”. La decouverte. Paris. 2000

Andre Gorz, un penseur pour l XXI siècle”. C. Fourel
(org.). La decouverte.Paris. 2009

Mario Pedrosa

“A Opção Imperialista”. Civilização brasileira.1966

“Discurso aos Tupiniquins ou Nambás”. In: Otilia
Arantes (org) “Política das Artes”. Edusp. 1995

“Teses para o Terceiro Mundo”. In encontros com a
Civilização Brasileira. Número 2.1978.

Claudio Nascimento- “Mario Pedrosa, a revolução ativa
de massa e a autogestão”. Site “passepalavra.info”. 2010

B) O Socialismo indo-americano:

7.Michael Lowy:

Michael Lowy e Daniel Bensaid. “Marxismo, Modernidade, Utopia”. Xamã. 2000

M. Lowy (seleção). “Por un socialismo indo-americano. José Carlos Mariategui”. Editora UFRJ. 2005

Miguel Mazzeo: “Invitación al Descubrimiento. Mariátegui y El socialismo de Nuestra America”. Editorial El Colectivo. B.Aires.2009

“Vigência de J.C. Mariategui. Ensayos sobre su pensamiento”. Dialectik. Buenos Aires.2009

Claudio Nascimento”. Mariategui, uma sensibilidade autogestionaria nos Andes” Digit. 2009

A utopia concreta e a dialética das Temporalidades 8 - Ernst Bloch e Walter Benjamin:

Ernst Bloch. “O Princípio Esperança” 3 volumes. Contraponto-Ed. Uerj.2005.

Ernst Bloch. “Experimentum Mundi”. Payot.1981

Arno Munster. “L’Utopie Concrète d’Ernst Bloch. Une Biographie. Éditions Kime. 2001

Arno Munster. “Ernst Bloch, filosofia da práxis e utopia concreta”. Editora Unesp.1993

Suzana Albarnoz. “Ética e Utopia. Ensaio sobre Ernst Bloch”. Edunisc. 2006

Miguel Vedda (org.) = “Ernst Bloch, Tendências y latencias de un pensamiento”. Herramienta Ediciones. Buenos Aires. 2007

M. Vedda (org.) = “Aproximaciones a Walter Benjamin” Volume 1. Cuadernos de Herramienta. Número 3. Oct. 2007

M.Vedda (org.) = “Aproximaciones a W. Benjamin”.
Volume 2. Cuadernos de Herramienta, número 4. Oct.
2007

D) Auto-emancipação do proletariado:

M. Rubel. “Pages de Karl Marx pour une éthique
socialiste”.1. Sociologie critique. Payot. 1970.

M. Rubel. “Pages de Karl Marx.2. Révolution et
Socialisme. Payot. 1970

M. Lowy. “La theorie de La revolution chez le jeune
Marx”. FM. BS18. Paris. 1970

E) A dialética do “Possível” 10 - Lucien Goldmann:

Lucien Goldmann. “As ciências humanas face ao real e
ao possível”. Em: ”Epistemología e Filosofia Política”.
Editorial Presença. Porto. 1984

Sami Nair/M.Lowy. “Goldmann ou a dialética da
totalidade”. Boitempo. 2009.

F) A pedagogia da utopia

Paulo Freire:

Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia, saberes
necessários à pratica educativa». Paz e Terra, 1997

Paulo Freire - Pedagogia da Esperança. Um encontro
com a Pedagogia do oprimido». Paz e Terra, 1992

Paulo Freire- «Os Cristãos e a Libertação dos
Oprimidos». Edições Base- FUT. Portugal, 1978

Paulo Freire - Pedagogia da Indignação, cartas
pedagógicas e outros escritos. Editora Unesp.2000.

Ana Maria Freire (org) - «Pedagogia dos Sonhos Possíveis». Unesp, 2001.

Coleção Memória da Pedagogia- «Paulo Freire, a Utopia e o Saber» .2005.

G) Filosofia e cultura do trabalho

Gyorgy Lukács. “Ontologia Dell” Essere Sociale”. 2 tomos. Editori Riuniti. Roma.1976 e 1981.

G. Lukacs. “Prolegomenos para uma Ontologia do Ser Social”. Boitempo editorial.2010.

Karel Kosik. “La Dialectique Du Concret”. François Maspero. BS15. Paris. 1970

Jindrich Zelený. “La estructura lógica de “El Capital” de Marx. Ediciones Grijalbo. 1974

No “post-Capitalismo”:

Tchecoslovaquia

Petr Uhl- “Le Socialisme emprisonné”. Stock-2. La breché. Paris.1980

Karel Kosik - “A crise do Homem Contemporâneo e o Socialismo” In revista civilização brasileira. Caderno especial “Thecoslovaquia”. 1968

Alemanha Oriental =

Rudolf Bahro- “L”Alternative. Pou une critique du socialism existant réellement”. Stock-2. Paris.1979

Polônia

Jacek Kuron e Karol Modezelwsky- "Lettre au parti ouvrier polonaise". Cahiers rouge. n.4.Paris.1969

Iugoslávia

E. Kardej - "La planification autogestionnaire". QAS. Belgrade.1980

E. Kardej - "Propriedad Social y Autogestion". El Di editor. Argentina - Venezuela.1976

Grupo "Praxis" =

Gajo Petrovic - "Filosofia y Revolucion". Ed. Extemporaneos. México.

1972

Mihailo Markovic - "Dilaectica de La práxis".Amorrortu Editores. B. Aires. 1968

Svetozar Stojanovic - "Critique et avenir Du socialisme". Seuil.1969

David Crocker- "Praxis y socialismo democrático". FCE. México. 1994

Capítulo III

Políticas e teorias da autogestão

Nesse ensaio vamos desenvolver três blocos contendo algumas ideias de István Mészáros sobre a Autogestão Social.

A autogestão na obra de István Mészáros:

O filósofo húngaro, procedente da chamada escola Lukacsiana de Budapeste, István Mészáros é um dos poucos pensadores socialistas contemporâneos a pôr na ordem do dia a questão da estratégia socialista, como forma antagônica ao Capital, e não apenas a sua forma histórica atual, o sistema capitalista. Em duas obras fundamentais, “O Poder da Ideologia” (1989) e, sobretudo, em “Para Além do Capital” (1996), Mészáros tratou do tema do socialismo na perspectiva de uma sociedade constituída por “produtores livremente associados”, ou seja, da autogestão socialista.

Esta temática, vem de “O Poder da Ideologia” e foi retomada no livro de ensaios intitulado “O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico” (2006).

Mészáros parte da ideia da ‘crise estrutural’ do capital como marca fundante desta nova época, que alguns chamam de ‘globalização’. E, por várias razões, nos mostra que a única alternativa a barbárie do capital é uma hegemonia radical socialista antagônica ao Capital.

Esta hegemonia tem por objetivo a construção de um novo tipo de sociedade, que Mészáros sempre chama em suas várias obras, de “Livre associação dos produtores”, ou seja, o que na cultura socialista significa Autogestão Social.

As lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX, na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social: o Capital, o Trabalho Assalariado e o Estado.

Na parte conclusiva deste nosso trabalho, vamos aprofundar esta questão: o caráter e a natureza das lutas autogestionárias como experiências radicais contra o Capital, ou seja, para ‘além do capital’. Sem dúvidas, por isto, tenham sido massacradas a ferro e fogo pelas personificações históricas do Capital, isto é, em ciclos distintos do capitalismo.

Estes ciclos de lutas autônomas e autogestionárias foi sistematizado por João Bernardo, em sua obra intitulada “A Economia dos Conflitos Sociais”. Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão. Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital, para além do Capital.

Neste sentido, a obra de Mészáros é fundamental.

Em relação à autogestão, Mészáros já em “O Poder da Ideologia” (1989), traçou elementos muito importantes, e também pondo questões sobre a ‘transição socialista’ que aprofundaria em “Para Além do Capital” (1995).

No “Poder da Ideologia” há um ensaio em que analisa a ‘visão otimista’ de Marx sobre a Comuna de Paris, intitulado “Revolução Social e divisão do trabalho”; aqui, Mészáros afirma que “Uma revolução da classe trabalhadora – como Marx via a Comuna - só em uma escala histórica de longo prazo é também, isso fato, uma revolução ‘contra o próprio Estado’”.

Em seguida, seguindo as definições de Marx, em “Guerra civil na França”, Mészáros define ‘a natureza da tarefa’: “realizar a ‘emancipação econômica do trabalho’

mediante a ‘forma política’ finalmente descoberta’, para que o ‘trabalho livre e associado’ assume a forma de ‘sociedades cooperativas unidas’ a fim de regulamentar a produção ‘nacional’ segundo um plano comum”.

Noutro ensaio, “Ideologia e Autonomia”, Mészáros fala abertamente em autogestão:

...Os socialistas afirmam que a única autoridade capacitada para a tarefa de administração dos seres humanos como os recursos vitais do progresso social e econômico é a autoridade autoconstituída dos produtores associados. A ‘autogestão’ é por eles considerada não apenas praticamente viável, mas também historicamente necessária, tendo em vista as crescentes contradições internas do sistema reprodutivo socialista e a crise de autoridade agora abertamente admitida até por seus defensores mais agressivos.

Analisando o capitalismo em relação a fábrica e ao mercado, Mészáros busca suas alternativas: “A segunda alternativa ao sistema de despotismo prevalecente no local de trabalho e à anarquia na divisão do trabalho voltada para o mercado na sociedade em geral é ainda menos compatível com o modo de controle capitalista que a primeira. Ela exige a total eliminação do capital, tanto nas microestruturas em cujo interior as práticas produtivas e distributivas da sociedade são realizadas, quanto do modo como estão articuladas em um todo crescente. Sem isto, a ‘Auto- Atividade Conscientemente Planejada’ dos produtores associados no plano de seus intercâmbios abrangentes se tornaria impossível, o que por sua vez prejudicaria inevitavelmente seus esforços para instituir a ‘AUTOGESTÃO AUTONOMA’ da atividade produtiva do local de trabalho”.

Prossegue Mészáros: “Esta radical eliminação do capital pelos indivíduos auto-emancipados de sua presente dominação do metabolismo social É o exato conteúdo do Projeto Socialista (grifo nosso). Em oposição ao modo como se exerce o domínio do capital sobre a sociedade, a concepção socialista vislumbra, nas palavras de Marx, “Um plano geral de indivíduos livremente associados”. É o que se quer dizer com a proposta de ‘transformação do trabalho em auto atividade’.

Transformar esta visão em realidade pressupõe ‘obstáculos imensos’. Para Mészáros, “Permanece a questão, como antes, de como romper as cadeias do capital “lá onde são forjadas”, substituindo-as em um sentido positivo pelos ‘laços cooperativos’ conscientemente adotados – que ligam e fortalecem a todos, concedendo e determinando a cada um direitos e deveres - mediante os quais possam ser implementadas as necessárias alterações pelos produtores associados”.

Mais adiante, Mészáros volta a mesma questão; “A concepção socialista da atividade produtiva como ‘não apenas um meio de vida, mas a principal necessidade da vida’ (...) é compatível tão somente com a forma de autoridade correspondente, isto é, com a autoridade diretora livremente auto constituída dos próprios produtores associados”.

E, categoricamente, reafirma, a atualidade do projeto de autogestão, na perspectiva de Marx:

Neste sentido, o programa marxiano de transferência do controle do metabolismo social para os produtores associados não perdeu nada de sua validade desde a época de sua formulação. Ao contrário, surgiu de novo, mais forte do que nunca, na agenda histórica de nossos dias, visto que somente os produtores associados podem

elaborar, por si próprios, as modalidades práticas com as quais pode ser resolvida a dupla crise, hoje omnipresente, da autoridade e do desenvolvimento.

Na mesma obra, no ensaio “A constituição da solidariedade”, Mészáros analisando o que chama de ‘a tragédia de Rosa Luxemburgo’, já tinha dito o mesmo que em relação à Marx:

Assim sendo, em todas as questões de importância vital para o movimento, Rosa Luxemburgo apresentou um conjunto de ideias coerente, profundamente dialético e, apesar das complexidades, exposto com notável clareza; conjunto de ideias que, com relação às perspectivas a longo prazo da transformação socialista vindoura, ainda não foi superado.

Enfim, não por acaso, Mészáros, de forma inspirada, cita Rosa no início do capítulo “Ideologia e Emancipação”:

O socialismo não pode ser e não será inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo proletário. Onde as cadeias do capitalismo são forjadas, aí existem cadeias a ser rompidas. Somente isto é socialismo, e só assim ele pode nascer. As massas devem aprender a usar o poder usando o poder. Não há outro modo.

Além, da obra de Mészáros, tentaremos construir o que podemos chamar de ‘ideário da autogestão’, através de vários pensadores que foram atraídos pelo projeto

socialista autogestionário. Através de suas ideias, poderemos construir as bases e/ou princípios de um ‘marco teórico’ da autogestão.

Em seguida, então, mergulharemos nas experiências autogestionárias, ocorridas em vários países. Nelas, através de suas formas István Mészáros, autor de obras como “Além do Capital”, é um dos raros pensadores socialistas contemporâneos a pôr na ordem do dia a questão da estratégia socialista, de forma inovadora, ao tomá-la como forma antagônica ao Capital, e não apenas a sua forma histórica atual, o sistema capitalista.

2) Política da Autogestão

Vamos, então, retomar algumas ideias de Mészáros, e, acrescentar outras que serão importantes para a visão estratégica da autogestão.

Ricardo Antunes sintetizou, de forma brilhante, as 3 teses mais originais do pensamento de Mészáros:

1^a) Mészáros diferencia ‘capital’ e ‘capitalismo’. O primeiro antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é ‘uma’ das formas de realização do capital, a forma dominante nos últimos três séculos. Mas, assim como existia capital antes do capitalismo, há capital após o capitalismo (o ‘capital pós-capitalista’), vigente na URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Estes países, embora ‘pós-capitalistas’, foram incapazes de romper com o domínio do capital.

Para Mészáros, ‘o sistema de metabolismo social do capital’ tem seu núcleo central formado pelo tripé ‘capital’, ‘trabalho assalariado’ e ‘Estado’. São três dimensões fundamentais e inter-relacionadas, sendo

impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem este sistema.

2ª) sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão, o capital acaba por tornar-se incontrolável e essencialmente destrutivo.

3ª) qualquer tentativa de superar esse sistema de metabolismo social que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está fadada à derrota. Só um vasto movimento de massas, radical e extraparlamentar, pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva.

Mészáros parte da ideia da ‘crise estrutural’ do capital como marca fundante desta nova época, que alguns chamam de ‘globalização’. E, por várias razões, nos mostra que a única alternativa a barbárie do capital é uma hegemonia radical socialista antagônica ao Capital.

Esta hegemonia tem por objetivo a construção de um novo tipo de sociedade, que Mészáros sempre chama em suas várias obras, de “Livre associação dos produtores”, ou seja, o que na cultura socialista significa “Autogestão Social”.

Como vimos nas experiências históricas, as principais lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX, na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social: o Capital, o Trabalho Assalariado e o Estado.

Este caráter e a natureza das lutas autogestionárias como experiências radicais contra o Capital, ou seja, para ‘Além do Capital’, explicam o porquê tenham sido massacradas a ferro e fogo pelas personificações históricas do Capital, em ciclos distintos do capitalismo.

Estes ciclos de lutas autônomas e autogestonárias foi sistematizado por João Bernardo, em sua obra intitulada “A Economia dos Conflitos Sociais”. Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão. Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital, para “Além do Capital”.

Neste sentido, aproximar as ideias de Bernardo com a obra de Mészáros é fundamental.

A relação da Autogestão com a Economia Solidária é outro desafio deste ensaio. É claro que, a Ecosol porta princípios da autogestão, contudo, como veremos, suas formas de luta e de organização não portam (pelo menos na conjuntura atual) a radicalidade e o antagonismo das lutas históricas da autogestão em relação ao Capital. Suas lutas são de resistência dentro do capitalismo.

As experiências históricas de lutas autogestonárias mostram que estas começam nos locais de trabalho, nas empresas heterogeridas, de submissão do trabalho assalariado ao Capital, e vão assumindo formas radicais de organização e programas em relação a organização capitalista do Trabalho, e, em relação ao Estado (forma política articulada de expressão do Capital).

Já a Ecosol tem suas experiências mais articuladas no território, nas cidades, e, há um segmento especial: o das ‘Empresas recuperadas’, mais próximo das experiências de controle operário.

As lutas pela autogestão ocorreram em conjunturas e ciclos pré ou mesmo revolucionários. Por sua vez, com poucas exceções, as experiências da Ecosol ocorrem em conjunturas de baixa intensidade de lutas sociais, períodos de poucas convulsões sociais.

Em momento de crise das lutas nas empresas, nos locais de trabalho, a Ecosol é a única forma de expressão da autogestão na época atual do Capital. Define, em si mesma, uma alternativa ao atual modo de produção e mesmo ao próprio metabolismo social do Capital? Que articulações seriam necessárias entre as lutas e formas de organização das experiências da Ecosol e as do movimento operário nas empresas, através de formas associadas de organização (seções sindicais, comissões de fábrica, conselhos operários, etc.)?

Seria, então, a Ecosol um novo reformismo? Ainda cabe nesta época do Capital, a distinção entre reforma e revolução? Neste ponto, vamos recorrer as análises de Mészáros, quando remarca que a linha de ‘menor resistência’ ao Capital está definitivamente sepultada nesta nova época.

Ou, será que teremos, nesta época do Capital, novos ciclos revolucionários de lutas autogestionárias?

A nova característica de ‘crise estrutural do Capital’ não determinará, também, nova época para as lutas sociais? Tal qual, não se prevê mais ciclos econômicos do Capital, não seria esta a nova lógica das lutas envolvendo Capital x Trabalho, em suas formas de existência atualmente.

Poderá a Ecosol desenvolver a radicalidade e o antagonismo ao Capital presentes nas lutas históricas pela autogestão e pelo socialismo? Ela porta de forma intrínseca este potencial?

3) I. Mészáros: A Ideia do ‘Fenecimento do Estado’

As lutas radicais contra o Capital e com base na autogestão, igualitarismo, coletivismo, e de caráter ativo,

conduzem a um antagonismo frente ao Estado. Mészáros aprofunda esta questão.

Mészáros, em seu ensaio sobre “O Socialismo do Século XXI”, analisa a postura de Marx frente à Questão do Estado;

Marx era explícito em sua defesa inflexível do ‘Fenecimento do Estado’ com todos os seus corolários. Somente a condução inexorável à realização de uma sociedade de ‘igualdade substantiva’ pode fornecer o ‘conteúdo social’ exigido ao conceito de ‘democracia socialista’, um conceito que não pode definir-se apenas em termos políticos, porque deve ir ‘além da própria política’ tal como herdada do passado.

Assim a ‘igualdade substantiva’ é também o princípio orientador fundamental da ‘política de transição’ em direção à ordem social alternativa. Quer seja explicitamente reconhecido ou não, a principal ação da política de transição é colocar-se fora de ação pela transferência progressiva dos poderes de decisão aos ‘produtores associados’, capacitando-os, desse modo, a se tornarem ‘produtores livremente associados’ (grifo nosso).

Mészáros, mais adiante aprofunda esta questão, através da ideia de ‘unificação das esferas da reprodução material e da política’. Em várias experiências históricas da autogestão, vamos encontrar essa ideia no Programa dos Conselhos Operários.

Ao expor as condições para libertar o movimento socialista da ‘camisa de força’ do parlamentarismo (democracia representativa), pondo a primeira condição como sendo ‘a participação real’, Mészáros retoma a questão do Estado:

Há também uma outra dimensão, que concerne ao desafio muito mais amplo e fundamentalmente tão inevitável a que se normalmente se refere na literatura socialista como o ‘fenecimento do Estado’. As dificuldades aparentemente proibitivas desse projeto marxiano vital se aplicam com a mesma relevância e peso tanto a ‘participação – como a autoadministração plenamente autônoma de sua sociedade pelo ‘produtores livremente associados’ em todos os domínios, muito além das restrições mediadoras (por algum tempo necessárias) do Estado político moderno – quanto ao modo duradouro de unificação das esferas de reprodução material e política como alternativa radical visada ao ‘parlamentarismo’.

Com efeito, prossegue Mészáros, “quando consideramos a tarefa histórica de tornar real o fenecimento do Estado, a autoadministração por meio da plena participação e a superação permanentemente sustentável do parlamentarismo por uma forma positiva de decisão substantiva – em oposição à formal/jurídica politicamente limitada – são inseparáveis”.

Neste sentido, Mészáros assinala as experiências dos últimos 15 anos ocorridas na Venezuela e na Bolívia, em que, as tentativas de grandes mudanças sociais foram acompanhadas de uma crítica substancial do sistema parlamentar e pelo restabelecimento de assembleias constitucionais. Como veremos adiante, as experiências dos Governos Alvarado, no Peru; do Governo Torres, na Bolívia, e, Allende, no Chile, além das mais recentes de Chaves e Morales, trouxeram esta marca de crítica radical à ‘democracia representativa e parlamentar’.

Na verdade, uma retomada contemporânea da ideia da Comuna Popular. Mészáros também aborda esta ideia tão cara à Grande Revolução Francesa:

Ao criticar ‘deturpação tendenciosa’ das ideias de Rousseau, Mészáros diz que, “Contudo, a verdade do problema é que, por um lado, o poder de decisão fundamental não deveria jamais ser separado das massas populares. Ao mesmo tempo, por outro lado, o cumprimento das funções administrativas e executivas específicas em todos os domínios do processo socioreprodutivo pode, com efeito, ser ‘delegado’ por um determinado período de tempo aos membros de dada comunidade, contanto que isso se faça sob regras estabelecidas de modo autônomo, pelos ‘produtores livremente associados’ e por eles controladas em todos os estágios do processo substantivo de decisão”.

Mészáros situa a questão central;

Pois o desafio inevitável nesse sentido requer a solução de um problema extremamente desnor-teador: a saber, que o capital é uma ‘força extraparlamentar por excelência’ de nossa ordem social e, contudo, ao mesmo tempo ‘domina completamente o parlamento’ de fora, embora pretenda ser simplesmente uma a parte dele’, professando operar em relação com as forças políticas alternativas do movimento da classe trabalhadora de um modo ‘plenamente igualitário’.

Para o pensador húngaro, “Em uma ordem socialista, o processo ‘legislativo’ teria de se fundir com o próprio processo de produção de tal modo que a necessária ‘divisão horizontal do trabalho’ fosse complementada de maneira apropriada por um sistema de coordenação autodeterminada do trabalho, dos níveis locais ao global” “essa relação está em agudo contraste com a perniciosa ‘divisão vertical do trabalho’ do capital, complementada pela ‘separação de poderes’ em um

‘sistema político democrático’ alienado e inalteravelmente imposto sobre as massas trabalhadoras’.

Em outro momento, Mészáros afirma categoricamente:

É por isso que a reconstituição radical historicamente viável da unidade indissolúvel da esfera política e de reprodução material em uma base permanente é, e permanece, a exigência essencial do modo socialista de controle sociometabólico.

Para Mészáros, “ou a sociedade de ‘produtores associados’ aprende a controlar a riqueza alienada e reificada, com forças produtivas emergentes do trabalho social autodeterminado de seus membros individuais—porém não mais ‘isolados’.

Seguindo Marx, Mészáros diz que “as condições objetivas de trabalho não aparecem subsumidas ao trabalhador; antes, este aparece subsumido a elas. Capital ‘emprega’ trabalho. Mesmo essa relação em sua simplicidade é ‘uma personificação das coisas e uma reificação das pessoas”

“O capital é a ‘força extraparlamentar por excelência’ cujo poder de controle sociometabólico não pode de maneira alguma ser restringido pelo parlamento. É por essa razão que o único modo de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquele que ‘efetivamente nega’ a possibilidade de contestar seu ‘poder material’.

“Assim, o único desafio que poderia afetar de maneira sustentável o poder do capital seria aquele que tivesse simultaneamente o objetivo de assumir as funções produtivas chave do sistema e adquirir o controle sobre o processo político de decisão correspondentes em todas as esferas, em lugar de restringir-se de modo incorrigível

pela limitação circular da ação política institucionalmente legitimada de legislação parlamentar”.

Façamos longa citação, em que Mészáros retoma o problema do ‘fencimento do Estado’, concluindo seus pensamentos:

Nesse sentido, em vista da questão inevitável que emerge do desafio das determinações sistêmicas, com relação tanto à reprodução socioeconômica quanto ao Estado, a necessidade de uma transformação política abrangente – em estreita conjunção com o exercício significativo das funções produtivas vitais da sociedade sem o qual uma mudança política duradoura e de longo alcance é inconcebível – torna-se inseparável do problema caracterizado como ‘fencimento do Estado’.

Em seguida, Mészáros, define o conteúdo, sem dúvidas, de autogestão, desse processo:

Por conseguinte, na tarefa histórica de realização do ‘fencimento do Estado’, a autoadministração pela plena participação e a superação permanentemente sustentável do parlamentarismo ou uma forma positiva de decisão substantiva são inseparáveis...

Essa é uma preocupação vital, e não uma fidelidade romântica ao sonho irrealizável de Marx”, como algumas pessoas a procuram desabonar e descartar. Na verdade, o ‘fencimento do Estado’ não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que deve iniciar-se já em nosso próprio tempo histórico. Isso significa em uma linguagem franca, a reaquisição progressiva dos poderes alienados de decisão pelos indivíduos sem eu empreendimento de mover-se em direção a uma sociedade socialista genuína”.

E, remarca que:

Sem a re aquisição desses poderes (...) não é possível conceber nem o novo modo de controle político da sociedade como um todo por seus indivíduos, nem tampouco a operação cotidiana ‘não-conflitual/adversa’ e, portanto, ‘coesiva/planejável’ das unidades produtivas e distributivas particulares pelos ‘produtores livremente associados’ e ‘auto administrados’.

Enfim, que:

A suplantação radical da ‘conflitualidade/adversidade e a conseqüente seguridade do fundamento material e objetivo do ‘planejamento global viável’ (...) são sinônimos do ‘feticimento do Estado’ como um empreendimento histórico contínuo.

Mészáros avança na definição do ‘sujeito revolucionário’ a altura dessa tarefa histórica.

“Obviamente, uma transformação dessa magnitude não pode realizar-se sem a ‘dedicação consciente’ de um movimento revolucionário à mais desafiadora tarefa histórica, capaz de sustentar-se contra toda a adversidade, já que seu engajamento tende a despertar a hostilidade feroz de todas as maiores forças do sistema do capital”.

Vimos esta barbárie das forças do Capital contra os trabalhadores, por exemplo, na Comuna de Paris e, quase um século depois, no Chile de Allende.

“Por essa razão, o movimento em questão não pode ser simplesmente um partido político orientado a fim de assegurar concessões parlamentares, que em via de regra acabam por anular-se mais cedo ou mais tarde pelos interesses extraparlamentares auto vantajosos da

ordem estabelecida vigente também no parlamento. O movimento socialista não pode obter êxito diante da hostilidade dessas forças a menos que seja rearticulado como um movimento revolucionário de ‘massa’ conscientemente ativo em ‘todas’ as formas de luta social e política: local, nacional e global/internacional, utilizando plenamente as oportunidades parlamentares quando disponíveis, por mais limitadas que possam ser, sobretudo sem se esquivar de asseverar as demandas necessárias da desafiadora ação extraparlamentar”.

Mészáros aponta elementos da estratégia:

Assim, em relação a ambos os domínios de reprodução material e político, a constituição de um movimento socialista extraparlamentar ‘de massa’ estrategicamente viável- em conjunção com as formas tradicionais de organizações políticas do trabalho, ora irremediavelmente desencaminhadas, que ‘precisam com urgência da pressão e do apoio radicalizantes’ de tais forças extraparlamentares – é uma pré-condição vital para a contraposição ao poder extraparlamentar maciço do capital.

Adiante, em no mesmo ensaio sobre “O Socialismo no século XXI”, Mészáros afirma que “O sujeito social capaz de regular o processo de trabalho com base no ‘tempo disponível’ só pode ser a ‘força conscientemente combinada da multiplicidade de indivíduos sociais’: os “produtores livremente associados”, como são habitualmente denominados”.

Para cumprimento destas tarefas de atualização da proposta socialista, Mészáros põe algumas questões de método:

A constituição urgentemente necessária da alternativa radical ao modo de produção do metabolismo social do capital não ocorrerá sem um reexame crítico do passado. É necessário examinar o fracasso da esquerda histórica em concretizar as expectativas otimistas expressas por Marx quando ele postulou, em 1847, a associação sindical e o conseqüente desenvolvimento político da classe trabalhadora paralelamente ao desenvolvimento industrial de vários países capitalistas.

Desde que o “Capital controla ‘realmente’ todos os aspectos vitais do metabolismo social, o capital é capaz de definir separadamente a esfera constituída da legitimação política como uma questão estritamente ‘formal’, excluindo a priori a possibilidade de qualquer contestação legítima em sua esfera ‘substantiva’ de operação reprodutiva socioeconômica”, para Mészáros;

A reconstituição da unidade da esfera material reprodutiva e política é a característica essencial definidora do modo socialista de controle do metabolismo social.

E, neste sentido, “a experiência histórica pós-capitalista é um relato triste e premonitório”, conclui Mészáros. Faltou a instituição de um ‘controle democrático substantivo’. Se, o ‘capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente’; se a ‘relação entre capital e trabalho ser não-simétrica’; isto quer dizer: “enquanto o capital depende absolutamente do trabalho, a dependência do trabalho em relação ao capital é ‘relativa, historicamente criada e historicamente superável”.

Esta relação entre capital e trabalho, conduz Mészáros a considerar a possibilidade –é apenas a

possibilidade'- de uma evolução positiva dos acontecimentos que conduz a 'uma importante mudança histórica na confrontação entre capital e trabalho, e traz consigo a necessidade de buscar uma nova forma de afirmar os interesses vitais dos "produtores livremente associados". E, portanto, do Socialismo com base na Autogestão Social!

Bibliografia

Obras de István Mészáros

Beyond Capital. New York: Monthly Review Press, 1995.

Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

The Power of Ideology. New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.

O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

O Desafio Histórico e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

Estrutura Social e Formas de Consciência. A determinação social do método. Boitempo editorial. 2009

Estrutura Social e Formas de Consciência II. A dialética da estrutura e da História. Editorial Boitempo. 2011

Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista. Boitempo editorial. 2010

A Teoria da Alienação em Marx. Boitempo editorial.2006

A Educação para além do capital. Boitempo editorial. 2005

“István Mészáros e os desafios do tempo histórico”.
Boitempo editorial. 2011.

Capítulo IV

Economia Solidária – Poder Comunal e Popular

Poder Autogestionário e Comunal na América Latina e Central

Após uma breve viagem a Venezuela para participar da Primeira Conferência Global do PROUT*, intitulada “Construyendo una Economía Solidária basada em La Ética y La Ecología” (07 a 09 Julho 2011), esbocei estes elementos sobre a questão do Poder Popular.

É claro que estas reflexões se baseiam em estudos sobre as experiências em curso na Bolívia, Nicarágua e Venezuela, além de Chiapas no México. Contudo, a visita a Venezuela, desde os debates na Conferência Internacional sobre Socialismo, passando pelas visitas ao Consejos Comunales e as Comunas, nos deram mais consistência teóricas.

A visita e a ‘roda de conversa’ com homens e mulheres da Parroquia de “CARICUAO” e com a “Misión madres del barrio “Josefa Joaquina Sánchez” nos fortaleceram as ideias.

Na Venezuela todos os Ministérios se definem como instrumentos do Poder Popular. Na comemoração do bicentenário, na Plaza Simon Bolívar estavam inúmeras bancas representando os Ministérios e Misiones do poder popular.

A “Ley Orgánica de Las Comunas” da Venezuela é uma conquista histórica na cultura autogestionária:

Artículo 1. La presente Ley tiene por objeto desarrollar y fortalecer El Poder Popular, estableciendo las normas que regulan La constitución, conformación, organización y funcionamiento de La Comuna, como entidad local donde los ciudadanos y ciudadanas em El ejercicio Del poder Popular ejercen El pleno derecho de La soberanía y desarrollan La participación protagónica mediante formas de autogobierno para La edificación del estado comunal, en el marco del Estado democrático y social de derechos y justicia.

Em suas definições, no. Artículo 4.10.:

Estado Comunal: Forma de organización político-social fundada em el Estado democrático y social de derecho y de justicia establecido em La Constitución de La Republica, em La cual el poder ES ejercido por el pueblo, através de los autogobiernos comunales, com um modelo econômico de propiedad social y um desarrollo endógeno y sustentable, que permita alcanzar La suprema felicidad social de los venezuelanos y venezolanas em La sociedad socialista. La célula fundamental de conformación Del estado comunal ES La Comuna.

Independentemente das contradições e impasses do processo venezuelano, o povo bolivariano marcou um ponto fundamental em seu processo de emancipação.

As múltiplas formas que a Economia Solidária e Popular tem assumido na América Latina e Central fazem parte do campo que podemos denominar de construção do Poder Comunal e Popular, com base nas experiências de Autogestão.

Nas experiências atuais, o Poder Popular - comunal é “Potência” que traz em si a Utopia Concreta, o “Inédito Viável” (Paulo Freire) e o “ainda-não-ser” (E. Bloch).

Nossa leitura aporta elementos do campo metodológico das ciências sociais da América Latina, que buscam refletir as experiências em curso e, sem dúvidas, muitas das ideias em desenvolvimento em nosso Continente.

Em um olhar na linha de uma onda de longa duração, ou memória longa, vemos que as diversas tentativas dos trabalhadores de “assalto ao Céu”, na verdade, significam ensaios de construção dos ‘órgãos de poder popular’, muitas vezes antagônico ao núcleo fundamental do metabolismo do Modo de Produção Capitalista.

São os casos de revoluções ativas de massas, e também de revoltas e rebeliões. Nestes momentos, os trabalhadores fundam órgãos de autogestão que são, na verdade, órgãos de caráter Comunal.

Se, no campo da ‘memória curta’, tomamos a experiência da Polônia, de 1980-81, como ponto de chegada, de um longo ciclo iniciado no pós-guerra, um novo ciclo se iniciou nos anos de 1990 e 2000, na América Latina: possivelmente, com a rebelião indígena em Chiapas, em 1994, retomando os ideais do Zapatismo da Revolução Mexicana, de 1910-11. .

Por um lado, de uma forma em que o Potencial está se tornando “Realidade” de forma mais explícita, olhando o movimento “Desde Abajo”, como nas experiências em curso na Venezuela e Bolívia, Equador, e, de forma menos explícita e consolidada, até duvidosa, em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru.

Se recuarmos nas temporalidades, cascavilhando no campo da “memória longa”, estas expressões do poder

popular de forma comunal, podem ser encontradas desde as experiências dos 'comitês revolucionários' nos 1948, nos bairros de Paris, no curso da Revolução Francesa de 1789, nos anos 1893-94, em que os 'sans-culote' criaram seus órgãos revolucionários de poder.

E, sobretudo, temos a experiência fundante ("A forma enfim encontrada", disse Marx) da Comuna de Paris, em 1871, quando as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores; e o povo de Paris forjou uma proposta de Gestão do conjunto da cidade.

A Comuna influenciou todas as lutas revolucionárias que a sucederam, como o Soviet de Petrogrado, em 1905, e, sobretudo, a Revolução de 1917, em que a palavra de ordem central foi de "Todo o Poder aos Sovietes", isto é, aos 'órgãos de gestão popular', surgidos em todos os espaços da sociedade russa: nas fábricas, bairros, parlamento, campo, estudantes, etc.

Em Nuestra America, a experiência que já podemos situar no campo da memória longa, na década de 1970, é a Unidade Popular do Chile de Allende, em que foram fundados órgãos de poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fábricas geridas pelos operários e juntas de bairros. Inclusive prefigurando uma Assembleia Popular.

Como já assinalamos acima, o último rebento do ciclo iniciado nos pós-guerra, foi na década de 1980, na Polônia, dando sequência a uma onda larga, iniciada em 1953-56, de revoltas, rebeliões e revoluções. No campo das sociedades pós-capitalistas do Leste Europeu surgiu a Rede Autogestionária que controlava as 3.000 maiores empresas do país, articulada ao "Sindicato Livre Solidari-idade". Em seu Congresso, que durou 2 semanas, os trabalhadores construíram como Programa Máximo, "A República Autogestionária" da Polônia.

Com as lutas na Polônia, possivelmente, se encerrou o ciclo sob hegemonia da “velha classe operária” centrada nos grandes centros industriais. Esse ciclo teve como centro do Projeto Popular a fábrica, e como expressões políticas o Sindicato e o Partido, com a particularidade de que, nos países do chamado ‘socialismo real’, devido à fusão entre Partido único e Estado, o Sindicato expressou os anseios do conjunto dos setores populares e cidadãos.

A experiência do Chile de Allende também teve o movimento operário como sujeito principal, através da CUT chilena, implantada nos locais de trabalho.

O atual ciclo porta novas características do Poder Popular, que assume a ‘Forma Comunidade’.

A velha Toupeira mudou de espaço geográfico nos anos subsequentes e assumiu, na América Latina e Central, a ‘Forma Comunidade’.

E veio à tona, sobretudo nos Andes, com milhares de Índios, através de insurreições diversas e outras formas de luta, organizações e poder popular, com “caráter comunal”. Mas, incorporando a experiência acumulada no ciclo anterior pelos trabalhadores do campo-cidade nos Partidos e Sindicatos.

As experiências históricas, guardando a especificidade de cada país, demonstram que a construção do novo poder e de uma contra hegemonia, nas sociedades da América Latina, só se dão na medida em que conseguem construir um sujeito político plural, múltiplo, a partir de sua diversidade étnica e cultural.

Esse longo ciclo de lutas pela emancipação do trabalho é um fenômeno de tamanha profundidade que demanda estudos no campo da filosofia, precisamente da “ontologia do ser social”. Se, por um lado, essa longa história de experiências de emancipação vem marcada por derrotas, por outro lado, essa utopia concreta não se

extinguiu, não morre, está sempre presente ao longo do processo histórico.

É como um ‘fio condutor’, sempre marcando e sempre vindo à tona nos momentos históricos de virada de onda. Por isso, sua fundamentação é algo permanente na sociedade. E, assim, demanda articulação de temporalidades várias, memórias curtas e memórias longas, História e Cotidiano.

Anton Pannekoek, que estudou esse fenômeno e chamou de “Conselhos Operários”, mas que, na verdade, são Formas Comuns de Poder Popular, dizia que:

Conselhos Operários, isso não distingue uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez para todas e em que só ficaria a tarefa de corrigir, aperfeiçoando detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das fábricas e da produção(...) Trata-se unicamente de um Fio Condutor para uma longa e dura luta de emancipação que a classe operária tem ainda diante dela (PANNEKOEK, 1982, p.7).

E, historicamente, sua forma primeira e mais delineada, surgiu com a Comuna de Paris. A “Forma política enfim descoberta para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 1977, p.67).

Assim, podemos falar de “Princípio do poder comunal” ou “Princípio da autogestão”, que pode tomar muitas e diversas formas: conselho operário, camponês, de bairro, como práxis revolucionária de muitos e plurais sujeitos históricos, operários, camponeses homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes, soldados, índios e quilombolas.

No Continente latino-americano-central, as experiências da Forma Comunidade são fenômenos de ‘longa duração’ e fazem parte do processo civilizatório das comunidades indígenas, dos povos originários.

Por exemplo, o ‘AYLLU’¹ peruano têm sua origem no pré-Incaico “ayllu”, o qual se perde na nebulosa da pré-história americana. O mais provável é que a origem do “ayllu” seja paralela à conversão do nômade em sedentário. O “Ayllu” foi à célula comunitária do Império Inca. (‘Ayllu’, em quéchua, significa “grupo de parentes”).

Tão grande é a força da comunidade agrária nos Andes que a mesma se manteve desde o pré-incaico até nossos dias, apesar da obra devastadora da Conquista, que arrasou durante os primeiros anos as mais recônditas cavernas dos Andes.

Através das ideias do marxista peruano Mariátegui fica claro o caráter coletivista e mesmo autogestionário da Forma Comunidade. Em seu “7 Ensaio”, ao criticar o método liberal-individualista, o autor fala destas experiências como base para um possível “Socialismo Indo-americano”.

Diz Mariátegui: “considero fundamentalmente esse fator incontestável e concreto que dá um caráter peculiar a nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e na vida indígenas” (MARIÁTEGUI, 2008, p.69).

Para Mariátegui, estes elementos surgiram no Peru em tempos pré-incaicos e se desenvolveram junto com uma economia que se desenvolvia “espontânea e livremente”, até a Conquista Espanhola. O que significa que estes elementos não foram eliminados ou afetados pelos Incas, que estes não alteraram esse estado natural; pelo contrário, segundo Mariátegui, o “potenciaram”:

O trabalho coletivo, o esforço comum, foram empregados frutuosa­mente com fins sociais”. Deste modo, estes elementos garantiram a subsistência e o crescimento da população. No marco do Império Inca, as comunidades foram às células de um Estado “dinâmico”.

Com a Conquista espanhola, veio uma nova “Visão de Mundo”, como bem disse René Zavaleta:

Os espanhóis trouxeram o sentimento do ouro, isto é, as noções de abundância e carência, desconhecidas naquela cultura coletivista e também, por consequência, as ideias da solidão, a concorrência e o indivíduo. É o idioma da ambição que, no gold rush da Conquista, constrói o mito do Eldorado, cuja versão altoperuana é o Grande Paititi, perdido ou escondido na manigua inacessível de Moxos (ZAVALETA, 1967.p.19).

Neste momento do processo histórico, devemos pensar o Poder Popular a partir das experiências que nas últimas décadas, inclusive nos últimos anos, tornaram possíveis outras perspectivas e mudaram algumas formas de percepção. De modo mais específico, pensar o Poder Popular desde as práxis das organizações populares.

Diversos autores (Álvaro Linera Garcia, Emir Sader, Luis Tápia, Félix Patzi, Réne Zavaleta, entre outros). da América Latina-central assinalam que existe um Sistema Comunal que se expressa em formas econômicas e políticas: a propriedade coletiva dos recursos e o manejo ou usufruto privado dos mesmos. No sistema da propriedade coletiva há a deliberação coletiva e a rotatividade da representação. O representante não é designado para mandar, senão para “simplesmente organizar o curso da decisão comum” (ZIBECHI, 2006,

p.38). Esse sistema comunal possui as características e princípios da experiência da ‘Comuna de Paris’.

A economia do sistema comunal exclui a exploração ou apropriação do trabalho alheio, já que os bens coletivos são usufruídos em forma privada/familiar. Da mesma forma, não existe o trabalho alienado, já que a família e seus membros controlam os modos e ritmos de produção, não estão sujeitos a outro controle que não seja o da comunidade (PATZI, 2004, p.171).

Na esfera do poder político, a figura do representante comunal é oposta à que conhecemos na política tradicional (...). Nas comunidades a representação não é voluntária, mas obrigatória e rotativa. A diferença da lógica neoliberal, na comunitária não se elege o mais capaz ou o mais instruído ou inteligente, mas apenas simplesmente ao que lhe toca o turno (...) Como a representação não opção, mas um dever que se presta a comunidade, que todos a seu turno devem prestar se querem seguir usufruindo dos bens comunais (terra, água, pastos) (ZIBECHI, 2006, p. 39-40).

Nas análises de Raul Zibechi fica claro que as grandes mobilizações ocorrem porque há uma densa rede de relações entre as pessoas. Relações que são também formas de organização. Na vida cotidiana são as relações de vizinhança, de amizade, de companheirismo, de compadrio, de família. Essas são relações/organizações também importantes. Essas relações de caráter comunitário portam forças enormes e é dentro delas onde se constroem os movimentos de insurreição.

Em texto sobre o Poder Popular para debates na RECID, acentuávamos que:

É processo através do qual os locais de vida (trabalho, lazer, moradia, etc.) das classes populares se transformem em órgãos coletivos, constituintes de um poder social alternativo e emancipatório que permita avançar na construção e consolidação de um campo contra-hegemônico. “É, portanto, um espaço de antecipação, prefiguração de uma nova ordem social, política, econômica e cultural.

A construção do poder popular implica uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da Democracia Representativa e das Liberdades Democráticas, conquistadas das lutas, com a construção de formas de Democracia Direta na base e também de formas de Autogestão.

Se buscarmos em Mariátegui, os três eixos sobre os quais definia o socialismo indo-americano podem ser identificados nas sociedades comunitárias dos Andes: O Princípio da “Forma Comunidade”.

A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social;

A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade; enfim, a democracia direta;

A transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade.

Estes elementos estão ‘engravidando’ o processo histórico, lentamente, mas de forma que se pode percebê-los. E a Recid, em sua práxis, tal qual a velha Toupeira, segue seu caminho, apesar das contradições inerentes a condição de ter ‘um pé dentro e um pé fora do governo’.

Referências Bibliográficas

Ley Organica de Las Comunas. Ministerio del Poder Popular para La comunicación y la Información. Caracas-Venezuela. febrero 2011.

Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno. Gaceta oficial dela República bolivariana de Venezuela.No. 5.963 extraordinario de fecha 22 de febrero de 2010

LINERA, Alvaro Garcia. *A Potência Plebeia*. Boitempo editorial/Clacso, 2010.

MARX, Karl. *La Guerra Civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1977

Mariátegui, J. C. *Os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. SP: Editora Expressão Popular/Clacso, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. *Do beco dos sapos, pelos canaviais de Catende, aos Caracóis de Nuestra America: Autogestão, poder comunal, socialismo*. Digitado, 2010.

PATZI, Félix. *Sistema Comunal, una propuesta alternativa al sistema liberal*. La Paz: CEA, 2004.

PANNEKOEK, Anton. *Les Conseils Ouvriers*. Paris, 1982.

PATZI, Felix. *Economia Comunera y explotacion capitalista*. La Paz: EDCOM, 1996.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira*. Boitempo editorial, 2009.

TAPIA, Luis. *Turbulências de fin de siglo*. La Paz: IINCIP, 1999.

ZIBECHI, Raúl. *Dispersar El Poder*. Buenos Aires: Tinta Limon Ediciones, 2006.

ZAVALETA, René. Bolivia, el desarrollo de la conciencia nacional. Montevideo: Editorial Dialogo, 1967.

Capítulo V

Educação e Cultura

A ideia revolucionária deve desalojar a ideia conservadora, não só das instituições, mas da mentalidade e do espírito humano. Da mesma forma que é conquista do poder, a revolução é conquista do pensamento...é conquista do pão, e também da beleza, da arte, do pensamento e de todas as benevolências do espírito. (Mariátegui)

Qual a relação entre educação e cultura?

Para quem trabalha com educação popular, esta pergunta parece estranha. Entretanto, pensando mais a fundo, situando a historicidade da questão, vemos que ela tem seu sentido e sua razão. É um fato, e contra fatos, há argumentos.

Articular, historicamente, educação e cultura, significa buscarmos o caldo cultural do qual surgiu a RECID. Entender, o papel da educação na transformação social de nosso país. Construir uma visão mais ampla do Projeto Político Pedagógico da RECID.

Em entrevista, Betinho, o animador da luta contra a fome, assinalava o divórcio existente entre a esquerda e a cultura. Dizia-nos Betinho:

Eu acho que há um profundo e terrível divórcio entre a política e a cultura. Nós não percebemos que é a cultura que produz hegemonia...Então eu acho que uma das coisas mais trágicas que a esquerda brasileira viveu e vive ainda, é esse divórcio.

Esta questão agrava-se quando pensamos que, especificamente, no campo dos trabalhadores e, sobretudo, no sindical, a cultura que dominou décadas e décadas foi, acima de tudo, corporativa. Há as exceções, que comprovam a regra, como por exemplo o papel que o anarco-sindicalismo dedicava a cultura.

No campo amplo das esquerdas do país, encontramos figuras que construíram sua visão de mundo numa relação profunda entre política e cultura; por exemplo, Mario Pedrosa, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda. Porém, se olharmos no ângulo das organizações das esquerdas, a regra é o divórcio (a separação) e/ou um casamento mal sucedido (uma visão instrumental da cultura).

Para o caso do PCB (o ‘partidão’), hegemônico por décadas no campo das esquerdas, o trabalho de Antônio Albino Canelas Rubim, assinala:

O sintomático silenciamento do tema da cultura nos documentos e resoluções oficiais do PC em flagrante contraste com a multiplicidade de estruturas culturais sob sua direção e sua tentacular influencia no meio intelectual.

O desencontro da política cultural do PCB com o modernismo, nos anos 20, e nos anos 60, com o tropicalismo, expressa para Rubim que, “em resumo todo este conjunto estético-político desvela, em sua rejeição, os limites da tradição político-cultural assimilada pela esquerda brasileira e a dificuldades de sua renovação estético-política”.

Antônio Cândido mostrou que o período que vai do final dos anos 50 até 1964, foi “o último momento em que a cultura ‘que fosse boa para burguesia era boa para todos’. Até então não se tinham manifestado visivelmente fora da burguesia forças que impusessem ‘culturas’

paralelas. No fim do decênio de 50 e começo do de 60 a coisa começou a mudar”. Através de vanguardas e amplos movimentos sociais de estudantes, populares e intelectuais começou-se a construção de uma contra hegemonia. Cândido assinala o cinema novo, teatro popular, a ação de Paulo Freire, o governo de Arraes. “O fenômeno foi tão importante que os poderes competentes tomaram providências imediatas...A partir de 1 de abril de 1964 tais providências foram drásticas em relação a tudo isso, a todo esse esboço de movimento cultural paralelo e até certo ponto antagônico ao da burguesia’.

Sem dúvidas, este amplo movimento cultural deixou suas raízes, e, nos anos 70, seria retomado sob formas novas correspondentes a novas práticas sociais.

Analisando a resistência à ditadura militar (sobretudo, a partir de 1977), vemos que a questão cultural esteve no centro das lutas. Através do teatro, do cinema, das artes plásticas, da música; e, no que diz respeito a educação, nos Centros de Educação Popular, a cultura foi uma das molas mestras na construção de uma contra hegemonia, tal qual tinha ocorrido nos anos 1960. Não foi, portanto, por acaso que Gramsci, no campo da educação, tornou-se uma referência fundamental, como formulador da teoria da “hegemonia cultural”.

Por exemplo, vamos buscar quais matrizes culturais tinham estado presente na “formação” da política de formação sindical da CUT. Partindo do método utilizado por Antônio Cândido em “Formação da Literatura Brasileira”, analisamos a possibilidade da existência de um sistema de formação na CUT. Para definir os “momentos decisivos” deste processo, isto é, para definir os traços gerais da experiência de formação, no período pos-64, implica abordar aspectos da formação social brasileira, no campo da sua superestrutura.

Tomamos como indicadores o Golpe Militar (1964) e o VII Enafor (1993). E, como análise, a obra de Eder Sader sobre os “Novos Personagens” que entraram em Cena”, e, seu texto “Para um Balanço da P.O. (com o pseudônimo de Raul Villa). No período que segue ao golpe militar, a questão da formação em geral, pode ser analisada em dois tempos, com um interregno:

A época do primeiro ciclo da “Nova Esquerda”, que vai de 1964 a 1971; tendo como eixo, o “militarismo” e o “vanguardismo”. Um interregno, após a derrota dessa esquerda, que vai de 1971 a 1973, caracterizando a uma transição.

A derrota da esquerda, segue-se uma “dispersão” que na maior parte dos casos converge para sua reestruturação no campo da “educação popular”, incluindo o trabalho de “formação sindical” nos sindicatos e nos Centros de Educação Popular. Este período vai de 1974 a 1978.

O período de 1978 a 1983, que abre um novo ciclo e que podemos sintetizá-lo com palavras de Eder Sader:

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação democrática referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros.

Um companheiro de Eder, Marco Aurélio Garcia denominou a esquerda nascida neste período de “esquerda social”; a terceira geração da nossa esquerda.

“Essa esquerda social não resume as esquerdas no final dos anos 70 e começo dos anos 80. É, no entanto, o seu cerne. Ela surge basicamente dos movimentos sociais que proliferam no período e que refletem complexos e desiguais processos de enfrentamento com o Estado e o sistema de dominação nos anos 70. O mais importante, e que terá peso mais significativo, é o movimento operário e sindical, comportando várias formas fora e dentro dos sindicatos oficiais. Os movimentos no campo – pouco estudados até agora – tiveram um crescimento insuspeitado.

Os novos movimentos sociais (mulheres, negros, homossexuais, indígenas, portadores de deficiência, ecológicos), “correspondem à (re)descoberta e/ou revalorização de temas ausentes ou minimizados pelo pensamento das esquerdas tradicionais ou, o que é mais importante, a uma nova reflexão substantiva sobre a democracia, entendida como espaço de criação de novos direitos”.

**Oxente! Lenine por Paulo Freire, tche!/
Gramsci, uai!**

Este último período é fundamental para entendermos porque a resposta à pergunta que encabeça este texto é afirmativa: Sim, cultura e educação são instrumentos estratégicos da transformação social, do ponto de vista dos trabalhadores, com suas organizações e valores construídos nesta época. Assim como a “esquerda social” não cobre o espectro das esquerdas da época, a educação popular também não foi em todas as partes a forma dominante da nova relação da esquerda com seu público, mas ela deu o paradigma, como atesta Eder.

Eder analisa a “esquerda dispersada”, a partir de momentos que viveu em reuniões em SP.

“Você trocou Lenine por Paulo Freire!”, exclamou indignado um militante dirigindo-se a um companheiro seu, que defendia posições opostas, no congresso de uma organização de esquerda, realizado em 1980”. Prossegue Eder, “Eu, que presenciei a confrontação, só a entenderia melhor depois de reconstituir as atividades de pequenos grupos militantes na periferia, as vezes no interior das estruturas da Igreja, as vezes em iniciativas autônomas. Grupos de militantes desgarrados, dispersados com a desarticulação das organizações de esquerda, iam buscar novas formas de ‘ligação com o povo’, alternativas ao vanguardismo derrotado”. Assinala Eder, “Na verdade, seu autor de cabeceira não era o educador cristão exilado do Brasil, mas Antônio Gramsci, cujas teses sobre a cultura popular e sobre o partido como intelectual coletivo pareciam abrir outras pistas para uma prática política”.

A “ida ao povo”, característica do movimento de reestruturação das esquerdas, tomou o caráter de assumir novas práticas dos novos sujeitos sociais. Essa prática pressionava pela concreção, pelos problemas locais, cotidianos, pela “paciência pedagógica”, pelo trabalho de base.

E, nas palavras de Eder: “porque através do método de Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social dos educandos. Afinal, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci”.

Por exemplo, “A criação da CUT teve como um dos seus marcos a luta contra a ditadura militar combinada à ação sindical em defesa do salário, do emprego, da terra

e da autonomia e liberdade sindical, onde, num intenso processo de mobilização, inúmeras oposições sindicais disputavam eleições e conquistavam novos sindicatos para o campo cutista. Essa estratégia de ação de massa foi crucial para que, no bojo das tensões políticas entre Estado e sociedade que caracterizaram a transição nos anos 70/80, o movimento sindical liderado pela CUT ocupasse um lugar de destaque, colocando-se como um dos principais interlocutores dos setores populares no processo de disputa de hegemonia na sociedade brasileira.

O trabalho de formação esteve presente em toda essa trajetória. A própria criação da central se inseriu no movimento de resistência e busca de alternativas em que a educação popular teve um papel destacado”. (Documento da PNF).

A mescla das três matrizes que estão na base da constituição da formação cutista, foi fundamental para que não só a política de formação, mas a estratégia da CUT tenha a questão da formação/educação/cultura como um elemento estratégico. Os primeiros seminários da CUT sobre metodologia na formação, teve como público experiências que tinham a presença destas matrizes discursivas. (Sindicalismo, Igreja popular e esquerdas).

A noção de uma nova cidadania toma seu significado neste contexto. Evelina Dagnino assinala com muita propriedade que o surgimento de uma “nova noção de cidadania”, “ela deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais(...) A nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo(...)”. Evelina destaca um terceiro elemento, “o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de

transformação cultural, que afirma um “nexo constitutivo” “entre as dimensões da cultura e da política”.

Com Gramsci, além de Gramsci - (O ‘materialismo cultural’ de R. Williams)

Esta transformação cultural para construção democrática chama-se hegemonia cultural. Tem por objetivo uma transformação radical, que podemos expressá-la com as palavras da sensibilidade agônica e socialista de Mario Pedrosa:

A crise atual é literalmente mundial. Para compreendê-la é preciso, primeiramente, que cada um se erga a uma consciência de mundo. A obra do mundo sobre o planeta está em pane. Consertá-la, salvá-la, só será possível desta vez pelos grandes meios: uma revolução de ordem total, global, universal e radical. Radical porque descerá as raízes das coisas; universal, porque não poupara nenhum canto da terra; global porque não será somente política ou social, mas científica, ecológica, ética. Ela deveria ser a última, porque, se não ocorrer, significará a abertura da crise em toda a sua potencialidade destrutora, cujas transformações sociais, políticas, físicas, ecológicas em seu seio terminarão por levar a humanidade ao fundo do abismo.

A revolução política está a caminho; a revolução social se vai processando de qualquer modo. Nada poderá detê-la. Mas a revolução da sensibilidade, a revolução que irá alcançar o âmago do indivíduo, sua alma, não virá senão quando os homens tiverem novos olhos para olhar o mundo, novos sentidos para compreender suas tremendas transformações e intuição para superá-las. Esta

será a grande revolução, a mais profunda e permanente...

Esta revolução integral implica um novo olhar e uma nova sensibilidade para questão da educação e da cultura. A cultura política nasce da necessidade, do cotidiano, nutre-se da história, do tempo presente; não pode ser criada por instituições. Neste sentido, a cultura é uma necessidade vital da mente e dos sentidos, é uma capacidade humana; é práxis! é constitutiva da condição humana.

Na mesma perspectiva, o desenvolvimento humano está relacionado à democracia integral, ou seja, educar-se continua e ininterruptamente, na prática e na teoria, para o exercício de todas as dimensões do ser humano. Neste ponto, surge uma vinculação íntima entre desenvolvimento integral e educação.

Nesta perspectiva, quaisquer projetos políticos para o socialismo terão que passar, necessariamente, pela educação, pela questão cultural, pela hegemonia cultural.

Os anos 1960/70, trouxeram mutações fundamentais no modo de ver a cultura. Vimos como a presença de Gramsci foi importante para a terceira geração da esquerda brasileira. Após a transição dos anos 80, nos anos 90, vivemos um contexto de perda da hegemonia cultural e de perplexidade, por parte da esquerda. Com a revolução microeletrônica, a legitimação ideológica está nas mãos do mercado e da indústria cultural; a esfera cultural e as artes são totalmente envolvidas pela mercantilização. A lógica cultural do capitalismo tardio põe para as esquerdas e os movimentos sociais a necessidade de reinventar a política para disputa da hegemonia, e, reconquistar a hegemonia cultural.

As ideias gramscianas sobre a hegemonia, foram revistas e ampliadas por R. Williams, socialista inglês que dedicou parte de sua vida a educação de adultos.

“A teorização de Gramsci reflete na percepção de Williams como o processo de hegemonização da cultura e da sociedade envolve a permeação dinâmica de toda experiência de indivíduos e grupos, de seu senso comum, de seu modo extraconsciente de entender o mundo. Na adaptação de Williams do conceito gramsciano:

Hegemonia então não é apenas o nível articulado mais elevado da ideologia...Trata-se de todo um conjunto de práticas e de expectativas, sobre toda nossa vida; nossos sentidos, a consignação de nossas energias, nossas percepções formadoras de nós mesmos e de nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores...”

Nesse sentido, a teoria da cultura de Williams nos provê de um instrumental afiado para pensar essa mutação da vida social no capitalismo tardio...Vê-se que a obra de Williams promoveu o desmanche do mapeamento da vida mental que colocava a cultura em uma esfera autônoma, desvincilhada de ligações materiais e imune ao jogo de interesses que rege uma sociedade de classes... (Maria Elisa Cevasco).

A partir de Marxismo e Literatura Williams vai elaborando uma adaptação estratégica da teoria marxista de cultura – a que vai denominar de materialismo cultural - para dar conta das transformações do capitalismo recente” (idem). Segundo Raymond Williams, “As pessoas mudam, é certo, através da luta e da ação. Só se muda algo tão arraigado quanto uma estrutura de sentimentos através de uma nova experiência...Por isso, a tarefa em um movimento bem-sucedido terá que

ser tarefa de sentimento e da imaginação tanto quanto dos fatos e da organização.

Para Gramsci, a formação de uma hegemonia é um processo de longa duração e, a transformação da estrutura social é precedida de uma revolução cultural.

Na obra de Williams, “estrutura de sentimento” é um conceito chave, em oposição à ‘visão do mundo’ ou à ideologia’. Williams fala de uma “longa revolução”, insistindo na ideia de “cultura vivida” e numa reforma institucional, educativa, da indústria cultural e da esfera pública.

“Semelhante à Gramsci, ele pensava que uma hegemonia necessitava construir instrumentos culturais, que se traduzissem em tópicos, figuras semânticas, discursos, rituais. Também como Gramsci, negava-se a considerar a cultura um nível ‘secundário’: a recusa da clássica metáfora de ‘base’ e ‘superestrutura’ permitiu-lhe, por um lado, acentuar sua ideia do continuum simbólico-prático, e, por outro, renovar a perspectiva de um “materialismo cultural”, fortemente interessado no impacto das instituições e dos meios tecnológicos na produção do simbólico” (Beatriz Sarlo).

Com estes horizontes, a formação significa um grande trabalho de educação política e cultural, tanto em seus conteúdos, sua metodologia e em seus objetivos ou intencionalidade política. Tudo isto aponta a longo prazo para a construção de uma hegemonia popular. Trata-se de uma “revolução cultural do cotidiano”, de gerar uma cultura democrática. O que está em jogo é uma nova maneira de viver: novas relações sociais, formas de trabalhar, pensar, sentir...

Educação Popular e Projeto Político

Finalizamos com ideias sobre o papel da educação popular no contexto atual, a partir de Mariátegui, pedagogo socialista, para quem “a revolução social e a criação de uma nova ordem, qualitativamente superior à civilização burguesa, não era um assunto exclusivamente político e econômico. Implicava também uma dimensão ética e cultural”. (Alfonso Ibañez)

1° A educação popular tende a colocar a organização popular de base, no centro mesmo da construção do projeto político alternativo;

2° A educação popular destaca a importância da democracia na construção do novo projeto hegemônico;

3° Educação popular põe a cultura popular como fonte de identidade e força do projeto popular nacional;

4° Educação popular reconhece à vida cotidiana, a ‘experiência’, como um espaço de construção da nova hegemonia;

5° Como uma consequência da valorização da cultura popular e da vida cotidiana do povo, a educação popular põe em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade;

6° A educação popular assume que o “projeto nacional” é construído a partir das experiências concretas e particulares.

Ainda na pisada de Mariátegui, podemos apontar três elementos fundamentais da Utopia Concreta, aquela baseada em possibilidades reais:

A) Autogestão da produção:

É a partir da vida cotidiana e dos locais de trabalho e de moradia, que deve começar a desarticulação e ruptura com os mecanismos de exploração e dominação. Esta superação implica a planificação coletiva da produção e a supressão da divisão econômico-social entre dirigentes e dirigidos. Os trabalhadores convertem-se em produtores ativos e conscientes, livremente associados.

B) Auto-organização política:

A autogestão da atividade produtiva é apenas um aspecto do projeto político. Ela, necessita abranger o conjunto da sociedade e sua organização. Questionar radicalmente a dominação política e o poder do Estado enquanto superestrutura alienante. A lógica do lucro deve ser abolida no conjunto da sociedade: fábricas, escolas, bairros, família, sindicatos, partidos, etc.

Trata-se de, sobre a base da realidade popular, respeitada em sua heterogeneidade, de ir construindo um novo metabolismo social e forjando uma 'vontade coletiva nacional-popular' em que diversos coletivos sociais possam convergir e reconhecer-se dentro de um mesmo projeto comum.

Trata-se, enfim, de trabalhadores associados, de indivíduos socializados que buscam formar comunidades humanas solidárias.

C) Autocriação cultural:

Nem as transformações econômicas, nem sequer as modificações sócio políticas, são suficientes para definir o Projeto de transformação social numa linha socialista. Para esta ser radical e integral deve

questionar, criticar e transformar o núcleo primário dos valores e significados que habita no mais profundo dos costumes, dos hábitos e modos de viver e pensar na sociedade capitalista. O socialismo deve apontar a socialização, não apenas do ter e do poder, mas, igualmente, a socialização do criar, no sentido de criar condições objetivas que tornem possível para todos a realização integral e múltipla de todas as potencialidades criadoras do ser humano. Criar a possibilidade de uma vida feliz, que só pode ser alcançada mediante uma liberdade criadora e lúdica, um reencantamento da vida.

Vemos, de forma clara, como estes pontos portam afinidades com os Princípios e Diretrizes do “Projeto Político Pedagógico” da RECID.

Por fim, fechemos este ensaio com mais uma ideia de Mariátegui:

“Não se chega à revolução só por uma via friamente conceitual. A revolução mais que uma ideia, é um sentimento. Mais que um conceito, é uma paixão”. Para compreendê-la se necessita uma espontânea atitude espiritual, uma especial capacidade psicológica”.

Bibliografia

Projeto Político Pedagógico. Rede de Educação Cidadã. Instituto Paulo Freire. SEDH.2007.

-Cândido, Antônio, Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos). Liv. Martins Editora, SP,1964 “Feitos da Burguesia” (em: “Teresina, etc”). Paz e Terra,1980

Sader, Eder, “Quando Novos personagens entraram em cena”. Paz e Terra, 1988

Villa Raul (pseudônimo de Eder Sader) “Para um Balanço da P. O” (em: Revista Critica, jan/80)

Garcia, Marco Aurélio, “Esquerdas: rupturas e continuidades”. (In: Anos 90, política e sociedade no Brasil/Brasiliense,1994)

Dagnino, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova concepção de cidadania (em: Anos 90, política e sociedade no Brasil/Brasiliense 1994)

Forma & Conteúdo 3 (dezembro 1990). “Mobilização e formação: faces de Ação Popular”. Revista da CUT.

Rubim, A. Albino Canelas, “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil” (In: História do marxismo no Brasil, Vol.III. Editora da Unicamp,1998)

Pedrosa, Mario. “Mundo, Homem, Arte em Crise”. Perspectiva,1975.

Williams, Raymond: Cultura e Sociedade. Companhia Editora Nacional,1969)

Marxismo e Literatura. Zahar,1979.

Cultura. Editora Paz e Terra,1992.

Hacia el Año 2000.Critica/Grijalbo Barcelona,1984

Los Medios de Comunicación Social. Ediciones Península Barcelona,1974

Lowy, Michel/Sayre, Roberto, “A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Wiliams”. Critica Marxista, Editora Xamã, num.8/1999

Cevasco, Maria Elisa, “Cultura: um tópico britânico do Marxismo ocidental”. (in: Capítulos do Marxismo Ocidental/editora Unesp,1998)

Sarlo, Beatriz, Raymond Williams/uma releitura”. (in: Paisagens Imaginarias. Edusp, 1997)

Ibañez, Alfonso, “Alcances Políticos y Culturales de la Educación Popular” (in: Para Repensar Nuestras Utopías. Sur/Tarea. Peru, 1993)”. Mariátegui, un Pedagogo Socialista”. (Idem)

“Mariátegui, revolución y utopia”. Tarea, Lima, 1978.

Guibal, F./Ibañez, Alfonso, “Mariátegui Hoy”, Tarea, Lima, 1987.

Mariátegui, José Carlos, “Textos Básicos”. FCE, México, 1991.

“Ideologia y Política”. Editora Amauta, Peru,1972

Gramsci, “Educación y Sociedade” (Presentación de F.Guibal) Tarea, Peru, 1985

“La Formazione Dell’Uomo” (Scritti di pedagogia),Editori Riuniti,Roma,1967.

Broccoli, Angelo, “Antonio Gramsci y la educación como hegemonia”. Ed. Nueva Imagen, Mexico, 1977.

Nascimento, Claudio: “A formação’ da formação sindical da CUT”. Instituto Cajamar.Digit,1994.

Capítulo VI

As trocas diretas e solidárias da “Economia dos Quilombolas”

As ‘trocas diretas e solidárias’ da ‘Economia dos Quilombolas’

O que podemos chamar de Economia Quilombola porta profundas relações com a Economia Solidária. Assim, vejamos:

“Muitos quilombolas produziam para a própria subsistência, mas também conseguiram excedentes que os favoreciam em suas conexões mercantis com o mundo ao seu redor. Neste sentido, eram tipicamente camponeses. Dos grandes mocambos de Palmares, na Capitania de Pernambuco, no século XVII, sabe-se que plantavam milho e que ‘colhiam duas vezes por ano. Além de batata-doce, mandioca, banana e cana-de-açúcar”.

Com o tempo, a economia quilombola foi se ampliando e sofisticando”. Eles plantavam algodão, com o que faziam estopa, e participavam da economia extrativista abundante na região (Amazônia). Em abril de 1811, denunciava-se que os quilombolas iam ‘negociar’ na Vila de Alenquer, levando ‘estopa, breu, castanha e algodão e, pois, tudo vendiam ao Capitão José Antônio Pereira por pólvora, chumbo, armas, ferramentas e panos para se vestirem (e que lá tinham muita gente, outros pretos e pretas, e rapazes).

Indígenas aldeados, cativos e soldados desertores, junto com habitantes de mocambos, viviam na floresta a plantar ou extrair produtos diversos. Desde o século XVIII, circuitos mercantis se estabeleceram clandestinamente por todo o território.

Assim, “Da ilha de Joanes dizia-se que cafuzos, mamelucos, indígenas e africanos, que lidavam com o gado, estavam burlando o fisco. A questão dos roubos de produtos articulava-se com o comércio clandestino, do qual participavam os escravos fugidos. Através dessas redes de comércio, os quilombolas trocavam produtos de suas roças por pólvora, armas de fogo e aguardente”.

A pesquisa fala da região das Minas Gerais; “Na capitania de MG, por exemplo, os quilombolas se multiplicaram com a expansão da economia mineradora e o conseqüente aumento exponencial da população escrava”. Em documentação da biblioteca nacional-RJ, há mapas em que “O interessante é exatamente o registro da organização econômica quilombola, com indicações sobre ‘horta’, ‘algodoais’, ‘mandioca’, ‘roça’, ‘milho plantado’ etc. Todos os mocambos se dedicavam à agricultura”.

Na Capitania da Bahia, também encontra-se considerável estrutura econômica:

Atividades econômicas dos quilombolas podiam estar integradas, inclusive, a economia de abastecimento, feijão, milho, mandioca e outros produtos podiam tanto ser trocados com os escravos nas senzalas, com taberneiros, quanto ser enviados para os mercados locais (até mesmo Salvador), através de vários intermediários comerciais.

No Rio de Janeiro, “no início da década de 1730, na localidade de Bacaxá, em Saquarema, falava-se de um ‘grande quilombo’. No Norte da capitania há notícias também do quilombo do Curukango, em Macaé...bem mais tarde, em meados do século XIX, existe farta evidência sobre uma estrutura camponesa de longa duração relacionada com os quilombolas de Iguaçú, no

recôncavo da Guanabara. Baseavam sua economia na agricultura, na pesca e na caça, cultivando ‘grandes plantações de abóbora e mangalô’ e ‘insignificante plantação de cana’, sendo ainda o local dos mocambos ‘piscoso, e abundante caça’.

“A conquista da liberdade pela fuga e manutenção desta liberdade através da ocupação e da exploração autônoma da terra”, e, esta “perspectiva comunitária e localmente articulada da economia quilombola’ contrariava fazendeiros, latifundiários e monocultores. Muitas expedições militares tentavam eliminar os mocambos. Neste sentido, “Opções econômicas se coadunavam com diversas estratégias de enfrentamento, proteção e arranjos locais. O abandono temporário de acampamentos e lavouras, quando atacados, e o posterior retorno ou ocupação de outro sitio faziam parte de táticas de guerrilhas difundidas entre os quilombolas”.

Muitas experiências destas, de quilombolas, setores camponeses negros e indígenas, ocorreram em áreas de ocupação e expansão de fronteiras. “Assim foi na capitania de Mato Grosso, onde no século XVIII, apareceu o quilombo do Quariterê, depois conhecido como do Piolho”.

Este quilombo, embora atacado e considerado extinto, reapareceu em 1795.

Nos meados do século XIX, no Maranhão, com a descoberta de novas minas de ouro, surgiu a fundação da Cia. de Mineração Maranhense, do Barão de Mauá “Os acampamentos de exploração e também a colônia foram atacados em momentos diferentes por grupos indígenas e quilombolas. O empreendimento foi à falência em 1860...Mais do que problemas com logística, deserção e ataques de índios e quilombolas, o ouro teria se esgotado. A falácia das ‘minas esgotadas’ não só escondia um complexo jogo de interesses financeiros de Mauá, como

silenciava sobre a ocupação quilombola na região. Eram eles os principais garimpeiros. Havia na região uma extensa base camponesa articulada aos garimpos e mocambos”.

Estas lutas de camponeses, indígenas e quilombolas, são fundamentais para entendermos experiências atuais neste campo. Por exemplo, a do ‘território sagrado’ da Raposa da Serra do Sol, sob ataque dos fazendeiros de arroz e dos militares. A economia desta comunidade formada por 5 etnias é similar aquelas dos quilombolas e índios camponeses da época Colonial.

Há uma experiência paradigmática neste campo: a sempre recordada “Comuna de Palmares” do famoso Zumbi.

A Comuna de Palmares

(Zumbi e Fourier no Nordeste)

Vamos recorrer à análise que M. Lowy fez da obra do poeta surrealista e militante trotskista Benjamin Péret, intitulada genialmente de “A Comuna de Palmares”, republicada na França em 1992.

Em seu livro, “L'étoile du matin, surrealisme et marxisme”, Michael Löwy tece considerações sobre a obra de Péret:

B. Péret é um dos autores cuja obra reflete a dupla luz, vermelha e negra. Ele é sem dúvidas de todos os surrealistas, o mais engajado na ação política no seio do movimento operário e revolucionário marxista, de início como comunista, depois [nos anos 30] como trotskista e finalmente, no pós-guerra, como marxista revolucionário independente. Não por acaso durante sua estadia na Espanha durante a guerra civil, ele escolheu para

combater o fascismo nos quadros da coluna libertaria dirigida por Buonventura Durruti.

Isto se expressa também nos escritos políticos ou históricos. Um exemplo interessante é seu remarcável ensaio de 1955-1956 sobre Palmares, uma comunidade de negros ‘marrons’ [fugitivos] do nordeste brasileiro que resistiu, ao longo do século 17, as expedições holandesas e portuguesas que tentaram eliminar este reduto de insubmissos. A “republica negra de Palmares” só foi vencida em 1695, com a morte de seus últimos defensores e de seu último chefe, Zumbi.

A interpretação deste acontecimento por Péret é sem dúvida marxista, mas seu marxismo se diferencia por uma sensibilidade libertaria que dá a seu ensaio uma amplitude de visão e uma originalidade marcantes. Sua introdução anuncia a cor: o desejo de liberdade é o mais imperioso dos sentimentos humanos, porque significa, para o espírito e para o coração, o oxigênio sem o qual eles se extinguem. Ao escrever que a história humana consiste essencialmente no combate dos oprimidos pela sua libertação, Péret reinterpreta a tese marxista ‘clássica’ - a luta de classes como luta dos explorados contra os exploradores - em uma ótica libertaria. É toda uma antropologia da liberdade que se acha esboçada.

Esta mesma perspectiva libertária o faz privilegiar, na análise da comunidade negra, os aspectos ‘anárquicos’, antiautoritários: o primeiro período do quilombo de Palmares se caracteriza, insiste Péret, pela ‘ausência de repressão’ e pela ‘liberdade total’ como também uma ‘generosidade fraternal’ inspirada pela consciência do perigo comum.

Os escravos fugitivos viviam em um estado natural, definido pela ‘ausência de toda autoridade’ e pela solidariedade elementar. O modo de existência da

Comuna de Palmares era um ‘estado de incompatibilidade com toda forma de governo que implique uma autoridade regular’, na medida em que a repartição igualitária dos recursos, a comunhão ao menos de uma parte dos bens, não favorecia uma diferenciação social mais forte. Se inspirando de uma fórmula utópica saint-simoniana [retomada por Marx], Perét afirma que o regime interior de Palmares expressa “a administração dos bens que o governo sobre as pessoas”.

Vejamos as ideias de Perét sobre os Palmares.

Que era Palmares? “Alguns milhares de Negros que tinham fugido das ‘fazendas’ e se refugiavam em um massivo coberto de florestas onde predominavam as palmeiras”.

Uma expedição ocorrida em novembro de 1675, assinalava Palmares como ‘uma grande cidade de mais de 2.000 casas, fortificadas de palhiçadas’.

Para Perét, “o mais provável é que as origens da comunidade quilombola foram marcadas por uma espécie de anarquia primitiva que, pouco a pouco, tornou-se ‘formas de governo naturalmente rudimentar’ (Edson Carneiro) ...o novo estado de coisas formado pela comunidade quilombola, onde o pode-se observar uma ausência total de dominação. Era inevitável que uma liberdade total reinava, mais ainda, acompanhada de uma generosidade fraternal, sustentada pela consciência de um perigo comum e comum”.

E que, “Somos mesmos levados a presumir que, até as primeiras expedições holandesas, nenhuma forma de estado existia em Palmares”.

“É muito improvável que a comunidade quilombola tenha, desde sua origem, camadas sociais tão claramente diferenciadas: todos os fugitivos que a compunham eram de condição igual. O estado natural,

caracterizado pela ausência de toda autoridade, devia ser o dos escravos fugitivos”.

Perét se interroga sobre o tipo de economia de Palmares: “Qual era o regime econômico dos Palmares?”

Sobre este ponto, só temos hipóteses, os documentos dizem pouco. Podemos mesmo afirmar que, sem medo de errar, que o regime sofreu influência direta das relações dos Palmares com os colonos portugueses. De um lado, regime político – se é possível usar palavra tão complexo para os Palmares- e regime econômico não podiam deixar de se entrecruzar em grandes linhas, ora, é problemático afirmar que as camadas sociais muito diferenciadas tenham podido se formar, a não ser nos últimos períodos. Tudo nos leva a pensar que o Estado, até o fim, ficou embrionário, mesmo quando Zumbi dispunha de poderes absolutos; com efeito, seu governo tinha abertamente um caráter militar.

“A multiplicação destas escaramuças punham os palmares num perpetuo estado de alerta, ao qual devemos atribuir à origem das mudanças que afetaram a estrutura da sociedade quilombola”.

“Sem dúvidas, nesta época (1676-1677), a situação interna dos palmares nada tinha a ver de comum com a de trinta anos antes. De 6.000 Negros de 1645 eram agora ‘16.000 a 20.000 almas’, repartidas em uma dezena de vilas em um território de cerca de 27.000 km², ou seja, aproximadamente a superfície da Bélgica”, diz Perét.

E que, “Uma população tão numerosa, em constante estado de guerra com os colonos portugueses, necessitava uma concentração de poderes – ao menos militares- que, trinta anos antes, não tinha razão de existir. Era um estado que se formava.

E que “Os primeiros negros instalados em Palmares deviam ter trabalhado as terras em comum. A

necessidade de fazer frente ao fluxo constante de fugitivos obrigava estes primeiros cultivadores à Coletivizar os recursos do refúgio. Os Brancos não cessaram jamais, durante ao menos 50 anos, de destruir as colheitas dos negros para aniquilá-los pela fome e quebrar sua combatividade. Mas, estas expedições repetidas não podiam ter outro resultado que aumentar a SOLIDARIEDADE interna de cada vila, assim como a de toda a população dos Palmares”.

Perét nos fala do “trabalho escravo” nos Palmares:

Se é impossível fixar uma data para o estabelecimento da escravidão nos Palmares, nada indica que ela tenha existido antes que os Brancos tenham feito as expedições de uma certa envergadura contra os fugitivos. Foi no momento em que os Negros se viram na obrigação de enfrentar uma dupla tarefa – a defesa dos Palmares e a agricultura-, que eles recorreram ao trabalho servil. É certo que, na sociedade quilombola, a escravidão tenha sido precedida por um período de divisão do trabalho mais ou menos sistemática, uma parte da população se consagrando à agricultura, e outra à proteção. Sem dúvidas que, então, os campos foram confiados as mulheres, como se produz ainda nos numerosos povos africanos de tradição guerreira. E, “Ao mesmo tempo, retido por suas obrigações guerreiras, ele se acha na impossibilidade de fazer frutificar suas terras. Não tinha outro recurso que o de capturar um escravo para fazer a tarefa que sua companheira não podia realizar, conclui Perét.

No final Perét se pergunta sobre a possibilidade revolucionaria dos Palmares:

Chegariam a libertar os escravos do Brasil? Não penso que sim. Uma sublevação geral e simultânea nas capitanias de Pernambuco a de Alagoas teria

posto a sua disposição o armamento considerável de seus senhores. Mas, saberiam usar todo tipo de arma que lhes caíssem em mãos, a artilharia, por exemplo? Temos dúvidas. O que não impede que: a reivindicação da abolição da escravidão, sustentada pelas armas, teria uma tal repercussão que a emancipação dos escravos teria sido consideravelmente antecipada.

Mas, segue Perét: “Tal reivindicação não foi formulada, e é lamentável. Como ela foi, a sociedade quilombola dos Palmares representa um episódio da luta dos homens por sua liberdade. Esta tentativa não era viável nas condições em que nasceu, como não o foi o falanstério de Fourier, que ela parecia prefigurar em seus melhores momentos. Seja como for: a existência dos Palmares insuflou os Negros do Brasil uma grande esperança, tal como as calorosas antecipações de Fourier pareceram, em seu momento, trazer a solução ideal e imediata as contradições que dilaceravam a sociedade no início do século passado”, conclui Peret seu trabalho sobre a Comuna ou a República dos Palmares.

Voltemos as questões levantadas por Robert Pongé, na introdução ao livro de B. Péret, e as quais já fizemos referência acima:

Perét foi sensível as analogias entre os Palmares e diversas experiências de lutas e de auto-organização que surgiram na história do movimento social dos oprimidos; o poeta faz explicitas referências ao falanstério de Fourier, e mais: os quilombolas não são os legítimos descendentes dos escravos revoltosos de Spartacus, e sua comunidade não é uma autêntica ancestral – rural – das comunas do movimento operário e camponês moderno?

Para Ponge, se tivesse ocorrido uma ampliação geográfica da luta dos Palmares “seria, em suma, antecipar a revolução dirigida por Toussaint Louverture”, no Haiti. O famoso ‘Jacobino Negro”, cuja revolução foi estudada pelo amigo de Mario Pedrosa, C. L. R. James, na sua obra “Os Jacobinos Negros”.

Deste modo, “Finalmente, conseqüente com sua análise, Perét situa a luta da Comuna quilombola na história geral dos oprimidos e explorados, e designa claramente os Negros dos Palmares como autênticos ancestrais do movimento social moderno”.

A Comuna de Canudos

Passemos para outra experiência no mesmo campo histórico. O velho militante trotskista, amigo de Mario Pedrosa, Edmundo Moniz, escreveu vários livros sobre a experiência da “Comunidade igualitária “ de CANUDOS. Assim:

-“Guerra Social de Canudos”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.1978.

-“Canudos: a luta pela terra”. História Popular. Global Editora.1980.

Este último livro, é na verdade, uma biografia de Antônio Conselheiro. Dele vamos extrair alguns elementos que têm relação com nosso objeto: a questão da autogestão e da ‘comuna’.

Moniz, de início, nos passa a dimensão histórica de Canudos e do Conselheiro:

Canudos é o mais importante movimento camponês no Brasil. Um movimento tão importante como o de Emiliano Zapata no México (...) O que interessava aos grandes latifundiários era apresentar Antônio Conselheiro como um simples

fanático. A prova de que isto não coincidia com a verdade foi a construção da comunidade igualitária de Canudos.

A verdadeira imagem do fundador de Canudos ressurgiu à luz do sol com toda a sua autenticidade, e o vemos como o grande líder das massas camponesas do Brasil, não tendo no continente americano outra figura que se compare à dele senão a de Emiliano Zapata, no México.

Entre as ideias políticas e filosóficas de Conselheiro, encontra-se a “Utopia” de Tomás Morus, que foi, para Moniz, “a base ideológica da comunidade igualitária de Canudos”.

A verdade histórica traz à superfície que “O fanático, o insano, o celerado cede seu lugar a um guia e conselheiro, convicto do seu papel histórico, que se bateu pela abolição dos escravos, pela extinção do latifúndio e por uma Organização Socialista semelhante à de Fourier, de Cabet e de Owen”

Capítulo VI

O Programa da Comuna de Paris

O programa da Comuna de Paris

Hoje é a festa nupcial da ideia e da revolução.... Após a poesia do triunfo, a poesia do trabalho. [Le cri du peuple, 30 março 1971]

Há 130 anos (1871-2001) a classe trabalhadora de Paris tentou assaltar o céu. Este movimento ficou conhecido como a Comuna de Paris. O exemplo do povo parisiense ainda é significativo, sobretudo, quando pensamos a questão do poder local, isto é, a ocupação/tomada do aparato estatal e sua transformação em política popular e operária.

A Comuna de Paris foi o acontecimento mais importante da luta pela emancipação dos trabalhadores no século XIX. Pela primeira vez, no período de dois meses, o proletariado teve nas mãos o poder e criou as condições objetivas para extinção do poder político.

De 30 de abril a 5 de maio de 1871, a Comuna eleita em 26 de março por sufrágio universal e majoritariamente formada por trabalhadores da produção, tomou um conjunto de decisões tendentes a destruir o Estado burguês e edificar a democracia direta, uma sociedade socialista autogestionária.

Entre as medidas, contidas na "Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris", pela sua importância e pela repercussão que viriam a ter no movimento operário internacional, desde então até nossos dias, destacamos as seguintes:

- combate à burocracia - supressão do funcionamento estatal;

- abolição do exército e sua substituição pelas milícias populares;
- interdição do acúmulo de cargos;
- organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões
- redução da jornada de trabalho para 10 horas;
- eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores
- reforma do ensino;
- revolução cultural do cotidiano.

Em nível da organização do trabalho, mola mestra do sistema de exploração, houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fábricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los, eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.

Assim, pela primeira vez, veio à luz no mundo real as formas práticas de superação do poder político: a organização do social e do econômico exercida cada vez mais diretamente pelas massas, a eleição pelas massas de todos os intermediários e sua revogabilidade a qualquer momento, a inexistência de privilégios econômicos para estes intermediários.

As instituições da Comuna de Paris, estruturalmente novas, criadas no próprio processo real, constituíram as bases materiais de um poder político de novo tipo, ou seja, a extinção do poder político. Um Estado gerido por Conselhos Operários democraticamente eleitos, um Estado Comuna.

A Comuna inaugurou a era da expropriação dos expropriados ao decretar a socialização das fabricas abandonadas pelos patrões e ao instaurar um regime de autogestão operaria.

Para Marx, "O verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um Governo de classe operaria, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho".

Ainda para Marx, "A Comuna foi uma revolução, foi o ressurgimento da autentica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o poder executivo e as formas parlamentares".

Para Bakounin, "A Comuna foi uma negação audaciosa, bem clara, do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista".

Por sua vez, Lenin reconheceu na Comuna a primeira tentativa feita pela revolução proletária para destruir a máquina do Estado burguês: "A Comuna ensinou o proletariado europeu a pôr concretamente os problemas da revolução socialista. A causa da Comuna é a revolução social, a emancipação política e econômica total dos trabalhadores, a do proletariado universal. E, neste sentido, ela é universal".

Assim, exaltada por vários revolucionários, a Comuna foi a primeira grande revolução moderna.

Muitos foram os motivos do aniquilamento da Comuna de Paris pela burguesia europeia. Contudo, assinalemos apenas duas condições analisadas por Lenin:

Para que uma revolução social possa triunfar, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc.) ... Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa.

O Contexto da Comuna de Paris

Antes de apresentarmos o Programa de governo da Comuna, vejamos algumas reflexões que elucidam a dinâmica e a natureza da experiência da classe operaria se tornar uma força estatal, ou, nas palavras de Gramsci, hegemônica, ser governo.

Vejamos em duas partes; na primeira, a conjuntura de Paris, na perspectiva da força da classe operaria.

Na segunda, alguns elementos da dinâmica de poder.

1] A situação econômica e social apresentava uma burguesia forte e ampliada no Segundo Império. Iniciava-se uma classe operaria concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões francesas, porém, a pequena indústria e o artesanato eram numericamente predominantes e, a França era um país rural.

Grandes impérios industriais dominavam a França. Schneider ocupa 10000 operários na indústria metalúrgica no Creusot; de Wendel ocupa cerca de 10000 em suas fabricas siderúrgicas da Lorena. As Minas d'Anzin ocupam mais de 10000 mineiros. Havia uma

grande classe operaria concentrada nas grandes empresas metalúrgicas, siderúrgias, têxteis e químicas.

Em 1860, os canteiros navais de Paris tinham mais de 70000 operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, como resultado do processo de concentração da terra e, atraídos pela reforma urbana do prefeito Haussman.

No Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fabricas e na indústria, mas apenas 1.500.000 operários trabalhavam nas empresas com mais de 10 pessoas. Assim, o fenômeno da concentração foi rápido e brutal, mas limitado a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas [Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon].

Entre 37 milhões de habitantes no país, mais de 25 milhões são rurais.

Entretanto, as pequenas empresas eram maioria na indústria.

Paris tinha uma população de 2 milhões de habitantes. A nova divisão administrativa, criada em 1859, tem 20 bairros [arrondissements] com 1.800.000 habitantes. A Paris dos 20 bairros, conta com 442.000 operários em 1866 e, com 550.000 em 1872. Seu número cresce e também sua concentração, pois o número de patrões diminui de 650.000 em 1847 para 39.000 em 1872; a relação patrão/operário passa de 1 a 5 em 1847 para 1 a 14 em 1872. Em Paris, existe muitas empresas com mais de 5000 operários e na periferia também.

Cail, na metalurgia, emprega mais de 2.000 operários. Gouin mais de 1.500 [construção de locomotivas], Gevelot com 1.500 operários em Moulineaux e 400 em Paris. Mas, a maior parte das empresas da metalurgia ocupa 50,20,10 operários.'

Jacques Rougerie assinala o seguinte quadro.

Nas profissões tradicionais de Paris, têxtil, calçados, artesanato, predomina a estrutura da pequena indústria artesanal. Havia na cidade 3 grandes casas de produção de calçados.

Na insurreição as categorias mais presentes foram a Metalurgia, a Construção, Jornalistas.

População revolucionários deportados

Metalurgia	12%
Construção.	18%
Jornalistas	14%
Têxtil-roupa-calçados	10%
Livros	10%

Na guarda nacional temos a seguinte composição: para cada 100 guardas

Trabalhadores livro	31,9%
Madeira	19,2%
Metalurgia	16,9%
Construção	7,3%
Empregados	36,9%
Peq. Comerciantes	23,3%

A Repressão

No Domingo 28 de maio de 1871 caiu a última barricada da Comuna. A batalha de Paris produziu 20000 vítimas; 26000 comunards foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais 3500 nas lutas contra Versalhes, em abril; 5000 entre prisões em junho/julho. Um total, entre presos e fugitivos e mortos, cerca de 100000 habitantes parisienses.

Entre os 38578 revolucionários presos e julgados em 1º de janeiro de 1875, temos 36909 homens, 1054 mulheres, 615 crianças com menos de 16 anos. 1090 foram libertados após interrogatórios. Portanto, cerca de 40000 prisioneiros e mais de 50000 julgamentos.

2] Elleinstein analisou a Paris assediada no inverno de 1871. As principais atividades estavam paradas pelo cerco prussiano. "Rapidamente, a liberdade de imprensa e de reunião ressurgiram, multiplicado o número de jornais e clubes políticos. A palavra-de-ordem que unificava as diferentes tendências socialistas e radicais, foi a da Comuna.... As reuniões públicas eram numerosas e quase diariamente, desde o dia 5 de setembro. Decidiu-se que em cada bairro [arrondissement] seria eleito nas reuniões públicas um comitê de vigilância e que, um comitê central dos 20 bairros seria formado na proporção de 4 delegados por bairro. A federação das escoes parienses da PRIMEIRA INTERNACIONAL teve um papel determinante na criação desta organização...Foi este Comitê central que adotou na noite do 13 para o 14 setembro 1870 um texto –que foi o primeiro "affiche vermelho" publicado- que é um verdadeiro programa de governo, Era um verdadeiro comitê de frente única agrupando os internacionalistas das diferentes tendências, blanquistas e radicais – um pouco à imagem da Comuna alguns meses mais tarde".

Sobre a Guarda Nacional, Elleinstein assegura que "Bismarck não pensou em desarmar a Guarda nacional. Motivo porque, em Paris, a Guarda nacional teve um papel essencial, dominante mesmo. Já antes do fim do cerco, houve tentativas para realizar uma organização política da GN. Esta nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando era nomeado pelo Governo. Foi a 15 de fevereiro 1871 que se reuniu em uma grande sala parisiense, sala de Tivoli-Vauxhall, os

delegados dos batalhões de 18 bairros. Neste dia se decidiu a criação de um Comitê central da GN. Uma comissão parisiense de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto Comitê central dos 20 bairros manifestou sua existência pôr uma declaração de princípio reconhecendo como único governo a "Comuna revolucionaria da cidade". Em seguida a várias reuniões, em fevereiro e marco, os delegados marcharam para praça da Bastille onde se juntaram a 14 batalhões da GN. Renderam homenagem às vítimas das revoluções de 1830 e 1848 e depositaram bandeiras vermelhas e flores ao pé da coluna de julho.

A GN de 1870, com 300.000 efetivos, conserva o nome antigo, mas é uma criação nova de tempos novos; e um organismo político-militar de massa com maioria operaria, com base na vida dos bairros populares e, um poder em potencial antagonico ao poder estatal burguês.

Em 3 de março, os delegados dos batalhões da GN, em nova reunião a Tivoli-Vauxhal adotam os estatutos da organização. Um Comitê central provisório e eleito. A organização decide fundar estruturas verticais e horizontais}. A base, encontramos as companhias, mais os batalhões, a legião e, enfim, o Comitê central da GN. Entre os 29 membros eleitos na comisso provisória, encontramos 6 membros do Comitê central republicano dos 20 bairros signatários do affiche vermelho de setembro 1870. Entre eles, Varlin e Pindy, membros da Internacional. Assim, foram estabelecidas relações estreitas entre as três organizações, essenciais para Comuna:

- 1] O comitê central dos 20 bairros,
- 2] O conselho federal da Associação Internacional dos Trabalhadores,
- 3] O comitê central da Guarda nacional.

As eleições ocorreram no domingo 26 de março. O Comitê central da GN lançou um apelo geral, em 25 março: Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no Hotel de Ville a vossos novos eleitos, a nossos mandatários regulares.

No bairro número 11 de Paris, foi formado um comitê central eleitoral republicano, democrata e socialista e que apresentou um programa político mais definido.

1. Direito de viver;
2. Liberdade individual;
3. Liberdade de consciência
4. Liberdade de reunião e associação
5. Liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento
6. Liberdade de sufrágio.

Em seu plano de organização política, define que:

Política é "O Estado, e o povo se governando por si-próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto, organizado...".

Trabalho – Produção – Distribuição

O trabalho coletivo deverá ser organizado, o objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser que o direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social.

Outros pontos foram abordados, por exemplo>

Funções Públicas/defesa Nacional/Justiça e Magistratura/educação e Instrução/Impostos, Unidades, Repartições, Percepção.

A conclusão reza que,

Não haverá mais opressores e oprimidos –fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos- a família, sendo a primeira forma de associação, todas as famílias se unirão em uma maior, a partia – nesta personalidade coletiva, superior à humanidade.

Entre os membros do Conselho geral, temos 25 operários, entre os quais,6 metalúrgicos, prova do carretar operário da Comuna.

O Conselho geral se reunia regularmente, as vezes à noite, às vezes em sessão secreta. A estas reuniões participava um grande número de pessoas. A partir do 13 de abril, relatórios destas sessões foram publicados no Jornal oficial. Ao lado do Conselho geral, havia comissões especializadas, em número de 10, funcionando a partir do 29 março.

No 24 fevereiro, na Vauxhall, dois mil delegados participam de uma Segunda assembleia. O clima e de pleno acesso, e a reunião termina com uma forte manifestação na parca da Bastilha. A federação, orago político- militar de massa, e concebida por delegados segundo um plano muito simples, baseado no princípio fundamental da eleição pela base, da responsabilidade e da revogação dos chefes, em todos os níveis, isto e, a companhia elege os seus delegados, estes escolhem delegados de batalhão, que, por sua vez, designam os delegados gerais, ou generais de legião, estes últimos, compõem o Comitê central, que funciona segundo o princípio da gestão coletiva de comando.

O Comitê de delegados dos 20 bairros elaborou uma Declaração de Princípios, em 22/23 fevereiro 1871. Esta Declaração retoma vários pontos do Regulamento do 18/19 outubro 1870, elaborado pelo Comitê dos 20

bairros. O regulamento apresenta um salto de qualidade a nível político.

‘Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e, o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes. Reconhece o trabalho como a única base da sociabilidade o produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores

‘No plano político, ...se oporá em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembleia Nacional, antes que a base do atual quadro social não seja mudada por meio de uma liquidação revolucionaria política e social. A espera desta revolução definitiva, não reconhece como governo da cidade que a Comuna revolucionaria formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade Reconhece apenas como governo do país, o governo formado por delegados da Comuna revolucionaria do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate por esta ideia e a divulgara, formando onde não existe, grupos socialistas revolucionários. Articulara estes grupos entre si e com a Delegação central. Por todos os meios que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação internacional dos trabalhadores’.

Vittorio Mancini destaca os seguintes pontos deste programa=

‘A síntese teórica realizada no documento entre luta social e luta política, a visão histórica absolutamente nova do período de transição entre a revolução política e a edificação da sociedade igualitária, a relação corretamente intuída entre centralismo e democracia

operaria, autonomia municipal e unidade nacional, são aquisições que portam o sinal de uma dialética social desconhecida em 1789 ou em 1793; o patriotismo tradicional e superado, no quadro de uma estratégia revolucionária que não reconhece limites= o militante socialista deve pôr em primeiro lugar a propaganda da associação internacional do trabalhadores; luta a todo momento pela Republica social universal’.

Rougerie remarca a democracia direta:

Governo direto, controle permanente dos eleitos pelos eleitores, revogabilidade permanente dos mandatários pelos mandatados: assim se estabeleceu a verdadeira soberania popular". O exercício deste governo popular fez-se através de " uma boa cinquentena de clubes, funcionando em abril e maio de 1871 - a maior parte nas Igrejas laicizadas- e que controlavam alegremente as ações dos eleitos para Comuna.

O Documento supera quaisquer correntes, tais como blanquismo, federalismo proudhoniano, anarquismo bakuniano, marxismo. Na verdade, e um produto da criatividade teórica do proletariado em uma situação de crise revolucionária.

O Decreto de 16 de abril conclama:

A Comuna de Paris

“Considerando que uma quantidade de fabricas foram abandonadas por seus patrões para escapar as obrigações cívicas, e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores;

Considerando que devido a este covarde abandono, numerosos trabalhos essenciais à vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida.

Decreta:

As câmaras sindicais operarias estão convocadas à constituírem uma comissão que tem por objetivo:

1] Fazer uma estatística das fábricas abandonadas, e um inventario exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes;

2] Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fabricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados.

3] Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operarias;

4] Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, sobre as condições de cessão definitiva destas fabricas para as sociedades operarias e sobre a cota de indenização que se deve pagar aos patrões."

Rougerie analisa o decreto do 16 de abril:

"Com a Comuna, a utopia começou a existir na pratica. O Decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operarias algumas fabricas onde pudessem iniciar o movimento. Desde o 24 abril, o delegado na Comissão do Trabalho e de Trocas, Leo Frankel convocou uma reunião dos representantes sindicais. No 25, foi convocada o sindicato que iria ficar à frente do movimento, os metalúrgicos. Os outros sindicatos atenderam à convocação, e no 4 maio estava definitivamente constituída uma Comissão executiva permanente dos sindicatos. Apesar do pouco tempo da experiência, a operação obteve resultados importantes. Uma dezena de fabricas confiscadas, sobretudo as que interessavam à defesa militar, recuperação de armas, fabricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas haviam feito o recenseamento das fabricas antes da confiscação. A Comuna tinha igualmente a sua

disposição, os estabelecimentos industriais pertencentes ao Estado, Moeda, Impressora Nacional, Manutenção, Manufaturas de Tabacos, algumas empresas de armas e, tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

O que freou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império, e com o cerco de Paris. Restaram apenas três sindicatos fortes, metalúrgicos, alfaiates, sapateiros.

O sindicato dos metalúrgicos [um dos mais influentes e numerosos, com 5 ou 6 000 filiados, controlava 20 fabricas de recuperação e de fabricação de armas, uma por bairro, em que a mais importante era a das oficinas Louvre. Um de seus membros, Avrial, Diretor do material na Comissão de Guerra e membro da Comuna, era muito ativo no sindicato. Às vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fabricas metalúrgicas da capital, a fábrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em torno de um solido núcleo de fabricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, que os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção.

Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas e, em maio, tinham o monopólio da "vestimenta" da Guarda Nacional para suas fábricas.

Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fabricação de calçados para Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria.

As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto, a siderurgia, os gráficos, serralheiros, etc. A Comuna foi um momento de intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre com o fim de confiscar e gerir a

produção: papeiros, cozinheiros, etc. Inclusive os garçons de café e os porteiros de edificios".

A Gestão Operária

Ainda Rougerie: "nas fábricas socializadas reinava a mais estrita gestão operária. Eis o regulamento interno dos operários da fábrica de armas do Louvre [onde houve uma disputa com um diretor autoritário nomeado pela Comuna].

Art. 1. A fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para direção será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir seu dever;

Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis de seus atos e mesmo revogáveis...

Art .6. Um Conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 h 1/2 de releve, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, o chefe de setor ou os operários delegados.

Art.7. O Conselho se compõe do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor eleito como delegado.

Art. 8. Os delegados são renováveis todos os 15 dias; a renovação será feita pela metade, todos os 8 dias, e por função.

Art.9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações...

Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos as vagas poderão

ser apresentados por todos os operários. O Conselho será o único a fazer a avaliação.

Art.14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do Conselho, com um relatório do chefe da empresa...

Art.15. A duração da jornada é fixada em 10 horas...".

Diante do Programa da Comuna, recorreremos a visão de Elleinstein de que, "Mais que as medidas concretas tomadas pela Comuna, são as tendências gerais do movimento que importa de olhar". Mais as intenções dos atores do que suas ações, pois tiveram pouco tempo, numa conjuntura de guerra, para concretizar seu Programa.

Os 13 pontos do Programa da Comuna que apresentamos, foram adaptados para discussão em atividades de formação política da CUT e do PT.

Proclamação ao povo Trabalhador

Em 28 marco, a Comuna de Paris foi proclamada em uma memorável atmosfera de entusiasmo e mobilização popular. A imprensa revolucionaria acentua o carregar de festa do evento.

O jornal 'Le cri du Peuple, de 30 março 1871, conclama= 'A Comuna foi proclamada. Os batalhões que, espontaneamente, marcharam pelas ruas, cais, bulevares, soam no canto a fanfarra da trombeta, fazendo ribombar o eco e bater os corações com o bater do tambor, vieram aclamar e saudar a Comuna, dar-lhe a promulgação soberana da grande parada cívica que desafia Versalhes, rindo, armas nas costas, em direção aos faubourgs, impregnando de rumores a grande cidade'.

A Comuna foi proclamada

Hoje é a festa nupcial da ideia e da Revolução
Amanhã, cidadão-soldado, para fecundar a
Comuna aclamada e abraçada a vigilância, necessitara
retomar, sempre fieis, agora libertos, o próprio posto na
fábrica.

Após a poesia do triunfo, a prosa do trabalho’.

"O povo trabalhador de Paris e seus arredores
proclama a fundação da Comuna de Paris. Os delegados
dos conselhos de bairro constituídos em Assembleia da
Comuna, único poder soberano, decretam:

Artigo I.

As velhas autoridades de tutela, criadas para
oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como, comando
da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal.
E, as suas múltiplas ramificações: comissariados,
esquadras, juízes de paz, tribunais, etc., são igualmente
dissolvidos.

Artigo II.

A Comuna proclama que dois princípios
governarão os assuntos municipais:

- a gestão popular de todos os meios da vida coletiva;
- a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os
serviços públicos.

Artigo III:

O poder é exercido, no âmbito dos princípios a
seguir indicados em pormenor, pelos conselhos de bairro
eleitos. São eleitores e legíveis para estes conselhos de
bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham
mais de 16 anos de idade.

Artigo IV:

Sobre o problema da Habitação tomam-se as
seguintes medidas:

- expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente;
- são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral;
- os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o seu caráter trabalhador e popular.

Artigo V:

Sobre os Transportes tomam-se as medidas seguintes:

- o "metro", os autocarros, os trens suburbanos e outros meios de transportes públicos são gratuitos e de livre utilização;

- o uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço a domicílio;

- a Comua põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores.

Artigo VI:

Sobre os Serviços Sociais tomam-se as seguintes medidas:

- todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e são geridos em condições paritárias pelos habitantes de bairro e os trabalhadores destes serviços;

- as visitas médicas, consultas, assistência médica e medicamentos são gratuitos.

Artigo VII:

A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios:

- dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense;

□ dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as idades;

- em cada bairro de Paris é criada uma Milícia Popular composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro;

- são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa, etc.;

- Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas ideias e ações.

Artigo VIII:

Sobre o Urbanismo de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as decisões seguintes:

- proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos, etc.;

- criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do "urbanismo do automóvel" levou a solidão, a desolação e ao inabitável;

- o uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX:

Sobre a Produção, a Comuna proclama que:

- as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns, etc.) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade;

- os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc.) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais;

- todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho, distribuição de tarefas;

- fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho;

- a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas " profissionais". Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.

Artigo X:

Os trabalhadores com mais de 55 anos, que desejem reduzir ou suspender a sua atividade profissional, têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI:

É abolida a Escola "velha". As crianças devem se sentir como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII:

A submissão das crianças e da MULHER à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

- O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.

- Portanto, a propriedade privada é abolida.

- A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informações sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito a anticoncepção.

- As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida.

Artigo XIII:

A Comuna decreta: todos os Bens de Consumo, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

Bibliografia

Elleinstein, Jean. Reflexions sur la Commune de 1871. Julliard, 1971.

Marx, Engels, Lenine . Sur la Commune de Paris. éditions du Progres. Moscou, 1971

Marx, K.. La guerre civile en France. éditions sociales, 1975

Trotsky e outros. A Comuna de Paris. Laemmert, 1968

Mancini, Vittorio. La Comune di Parigi, storia della prima rivoluzione proletaria. Savelli, 1975

Andrieu, Jules.. Notes pour servir à l'histoire de la Commune de Paris de 1871. Spartacus, août/septembre 1984

Rimbert, Pierre . La Revolution Communaliste de Paris 1871, Faits et Documents. Spartacus, octobre 1971

La Commune de Paris. Par Michel Winock. Formation CFDT,1971

Les Communards. J. P. Azema et M. Winock. éditions du Seuil,1964

Procès des Communards. présentés par Jacques Rougerie. Collection Archives, Gallimard,1978

Lissagaray, P. Olivier. Histoire de la Commune de 1871.PCM,1983.

La Commune de Paris. Revue Autogestion et Socialisme. cahier n. 15.mars 1971

Nascimento, Claudio. A Questão do Socialismo, da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk. Cedac,1986

Nascimento, Claudio. As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionarias.Cedac,1986

Nascimento, Claudio. Autogestão e Economia solidária. Temporaes, revista do FFLCH/USP,1999.

Fernandes Dias, Jose - A Comuna de Paris,1871. [Breve nota histórica]. Em Socialismo Auto gestorário. Cedac/FNT,1978.

A Comuna/teatro. República Popular Moçambique,1979

Os Dias da Comuna/teatro. B. Brecht. Editorial Caminhos, Porto,1981

La Comuna de Paris/topoteca. El Viejo Topo,12/sep.
1977

Riviale, Philippe La ballade du temps passé, guerre et
insurrection de Babeuf à la commune. éditions
anthropos,1977

Rougerie, Jacques.Paris libre, 1871.Le seuil,1971

Bookchin, Murray.The third revolution, popular
movements in the revolutionary era. Volume 2.
Cassel,1998

Noel, Bernard. Dictionnaire de la Commune [2 tomes]
Flamarion,1978.

James, CLR. They showed the way to labor
emancipation. On Karl Marx and the 75th anniversary of
the Paris Commune. In Labor Action,18.03.1946

Bert, Andreas. La Liga de los Comunistas. Ediciones de
cultura popular.1977

Arru, Angiolina. Clase y partido en la 1a
Internacional[el debate sobre la organizacion entre
Marx, Bakunin y Blanqui-1871- 1872. Comunicacion,
Madrid,1974

Duclos, Jacques. Bakunin y Marx.Biografias Grandesa.
Ed. Grijalbo,1979

Carr, E. H.. Michael Bakunin. Biografias Grandesa. Ed.
Grijalbo,1970

Bakounine. La Rue, Revue culturelle et literaire d'
expression anhrchiste numero 22. Edité par le groupe
libertaire. Louise Michel.aris,1976

M. Bakounine. Federalisme, Socialisme, Antitheologisme. Editions l'age d'Homme.Montreux,1971.

Michel, Louise. Mis recuerdos de la Comuna.siglo veintiuno,1973

Bancal, Jean. Proudhon, Pluralisme et Autogestion [2 tomes]. Aubier-Montaigne,1970

Autogestion et Socialisme. Les Anarchistes et l'autogestion. numero 18-19,1972

Bourdet, Yvon et Guillerm, Alain. Clefs pour l'Autogestion.Seghers,1977

Bourdet, Yvon. La Delivrance de Prométhée. pou une theorie politique de l' autogestion. Ed. Anthropos, Paris 1970

Bourdet, Yvon. Pou l'Autogestion. Ed. Anthropos, Paris 1974

Guillerm, Alain. L'Autogestion généralisée. C. Burgois Editeur. Paris 1979.

Autogestion et Socialisme. Charles Fourier. numero 20-21/1972

Autogestion et Socialisme. La Commune de Paris. cahier n. 15, mars 1971

J. Rougerie, G. Haupt. Bibliographie de la Commune de 1871.Le Mouvement Social, n.37-1962

□ Bourgin, G.. La Commune,1870-1871.Les Editions nationales,1939

Esquisse D'une histoire de la Commune de Paris [1871]. par Gabriel Piro. Editions Sociales,1971

- Le monde autour de 1871. La Commune de Paris. Larousse, 1971
- Bruhhat, J., Dautry J., Tersen E.. La Commune de 1871. Ed. Sociales, 1960
- Pelo Socialismo Autogestionario. Edições base. Lisboa 1979
- Bernardo, João. Para uma teoria do modo de produção comunista. Afrontamento, 1975
- Mandel, Ernst. Controle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion (Anthologie, 3 tomes). FM, Paris 1970
- Mandel, Ernst. da Comuna a maio de 68. Escritos Políticos 1. Antidoto, Lisboa, 1979
- Self-Governing Socialism. A Reader. Volume One. Historical Development Social and Political Philosophy. IASP, New York, 1975.
- Bernstein, Samuel. Storia del socialismo in Francia. Dall' Iluminismo alla Comune [volume due] Editori Riuniti, 1963
- Louis, Paul. Histoire Du Socialisme en France. de la Revolution a nos jours, 1789-1936. Marcel Riviere, 1936
- Mólnar, Miklos. El declive de la Primera Internacional. Edicusa, Madrid, 1974
- Kriegel, Annie. Las Internacionales Obreras. Ed. martinez Roca, 1977
- Nin, Andreu. Las Organizaciones Obreras Internacionales. Editorial Fontamara, 1978
- Policarpo, Helena. Dossier Comuna de Paris. Revista Autonomia Sindical/base-fut, Lisboa, 1981

- Kriegel, Annie. Le Pain et les. Roses. jalons pour une histoire des socialismes.PUF.1968
- Haupt, G.. El historiador y el movimiento social. siglo veintiuno,1986
- Dolleans, ´Edouard. Histoire du Mouvement Ouvrier [t.1 de 1830- 1871/ t.2 de 1871-1920]. Armand Colin.1967
- La Première Internationale. par Christian Labrande. UGE, Paris,1976
- La Primeira Internacional. [2 Tomos]. Editorial Fundamentos1977
- Le Internazionali Operaie. Documenti Della Storia, 3. Loescher Editore, Torino, 1983
- Rosal, Amaro del. Los Congresos Obreros Internacionales en el siglo XIX.grijalbo,1975
- Lefranc, Georges. Le Mouvement Socialiste sous la troisieme republique[1875-1940]. Payot,1963
- Varlin, Practica Militante y Escritos de un Obrero Comunero. Ed.Zero, Bilbao,1977

SOBRE O AUTOR

Claudio Nascimento é educador popular, com trabalhos no CEDAC (Centro de Ação Comunitária), equipe nacional da CUT, diretor de formação do Instituto Cajamar. Fez estágio sobre formação sindical na CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) - França. Educador na CUT-RJ. Educador no Projeto Economia Popular e Solidária do Governo Olívio Dutra-RS. Coordenador Projeto "Aliança Mundo Solidário"(PACS).

Coordenador geral de educação na SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária); membro da Equipe pedagógica nacional da RECID; membro comitê pedagógico do CFES nacional. Equipe nacional Projeto REDEs Solidárias ADSCUT. Autor de ensaios e livros sobre autogestão e educação popular, como, “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: autonomia e autogestão” (Marília: Lutas anticapital, 2018); “Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende” (Marília: Lutas anticapital, 2019); “A oposição sindical no exílio” (Marília: Lutas anticapital, 2019); “A autogestão comunal” (2ª edição, Lutas anticapital, 2020). “Autogestão e economia solidária” e "Pedagogia da Autogestão”.

www.claudioautogestao.com.br